



# Revista do PID

## Ponto de Inclusão Digital

### Uma nova maneira de conhecer o Pará

PID TERRITÓRIO  
QUILOMBOLA  
CACHOEIRA  
PORTEIRA

PID MUNICÍPIO  
DE CURUÁ

PID DISTRITO  
DE CAMBURÃO

SANTARÉM

PID DISTRITO  
DE CURUAI

PID MUNICÍPIO  
DE BELTERRA

PID MUNICÍPIO DE  
MOJUÍ DOS CAMPOS

PID MUNICÍPIO  
DE AVEIRO

PID MUNICÍPIO  
DE TRAIRÃO

PID MUNICÍPIO  
DE SANTA  
CRUZ DO ARARI

PID MUNICÍPIO  
DE TERRA ALTA

BELÉM

PID MUNICÍPIO  
DE CACHOEIRA  
DO PIRIÁ

PID MUNICÍPIO DE  
ACARÁ - COMUNIDADE  
QUILOMBOLA  
GUAJARÁ MIRI

PID TERRITÓRIO  
INDÍGENA ALTO  
RIO GUAMÃ

MAPA INTERATIVO  
Clique no  
PID para  
acessá-lo

PID MUNICÍPIO  
DE NOVA  
IPIXUNA

PID MUNICÍPIO  
DE ABEL  
FIGUEIREDO

PID VILA  
CRUZEIRO  
DO SUL

PID MUNICÍPIO DE  
BOM JESUS DO TOCANTINS

MARABÁ

PID DISTRITO  
DE TABOCA

PID MUNICÍPIO  
BREJO  
GRANDE DO  
ARAGUAIA

PID MUNICÍPIO  
DE BANNACH

PID MUNICÍPIO  
DE PAU D'ARCO

PID DISTRITO  
DE CASTELO  
DOS SONHOS

PID MUNICÍPIO  
DE CUMARU  
DO NORTE

PID MUNICÍPIO  
DE SANTA MARIA  
DAS BARREIRAS



Revista do

# PID

**Ponto de Inclusão Digital**

**Uma nova maneira  
de conhecer o Pará**

1ª EDIÇÃO

## FICHA TÉCNICA

### **Revista do PID**

Ponto de Inclusão Digital

Uma nova maneira de conhecer o Pará.

1ª Edição. Ano 2024.

Coordenação e organização: **Laboratório Pai d'égua do Tribunal de Justiça do Estado do Pará**

Edição de textos: **Patrícia Suellen Moraes Ferreira**

Departamento de Comunicação / Coordenadoria de Imprensa

Revisão editorial: **Will Montenegro**

Edição de arte: **Airton Nascimento**

Fotografias: **Érika Miranda, Ricardo Lima e Uchôa Silva**

Revisão textual: **Lais Zumero**



[VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI](#)



# *ikatu aiko xe kotàri peruramo katu*

*É muito bom estar com vocês hoje!*

**E**

ssa foi a saudação em língua tenetehara, que fiz à etnia Tembê, durante a instalação do Ponto de Inclusão Digital no território indígena Alto Rio Guamá, na Aldeia Teko Haw, no município de Paragominas.

A cada Ponto de Inclusão Digital instalado, tenho a certeza de que o Poder Judiciário está mais próximo da população que busca a prestação jurisdicional e promovemos o acesso ao sistema de Justiça às populações indígenas, quilombolas e das ilhas, respeitando sempre suas vivências e o protagonismo de suas histórias.

No momento em que cada jurisdicionado precisar da sala do PID, verá o quanto foi necessária a sua instalação para aproximar o jurisdicionado do juiz da sua Comarca, dos trabalhos oferecidos pelo Judiciário e o quanto é importante não ter que se deslocar até um lugar distante. Os jurisdicionados que têm processos

na Comarca podem consultá-los com o servidor sobre o andamento e participar dos atos necessários, tudo de forma on-line.

Esse trabalho não seria possível sem a iniciativa do Laboratório de Inovação Pai d'égua deste Poder Judiciário. As parcerias com as Prefeituras Municipais e o sistema de Justiça são fundamentais para a continuidade dos trabalhos. São esforços conjuntos, com o propósito de levar a prestação jurisdicional aos rincões deste Estado do Pará.

Hoje, como presidente do biênio 2023-2025, estou orgulhosa de instalar cada um desses Pontos de Inclusão Digital para propiciar a dignidade necessária à população distante quilômetros do Fórum da Comarca.

Cada PID instalado é uma alegria! É uma satisfação levar o Judiciário aos jurisdicionados pela busca de seus direitos. Façam deste ponto como se fosse o Fórum!

**Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos**

Presidente do TJPA no biênio 2023-2025



ASSISTA AO RELATO  
DA DESA. MARIA DE NAZARÉ  
SILVA GOUVEIA DOS SANTOS



VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI 

# A importância das parcerias para o sucesso do PID



A realização do Projeto Justiça Sem Fronteiras e a instalação dos Pontos de Inclusão Digital representam um marco significativo na promoção do acesso à Justiça no Pará. Essa conquista só se tornou possível graças à formação de uma ampla rede colaborativa, na qual diferentes atores se uniram em prol de um objetivo comum: garantir a inclusão digital e, por consequência, o acesso à Justiça para todos.

Nessa rede, o Tribunal de Justiça do Pará desempenha um papel de coordenação e articulação das ações, por meio do Laboratório Pai d'égua, em parceria com as Prefeituras Municipais.

Com o apoio do Núcleo de Cooperação Judiciária do PIPA foi realizado o Acordo de Cooperação Técnica n° 6/2022 que viabilizou a parceria com o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE do Pará) e Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8), bem como possibilitou a negociação de futuros acordos com o Ministério Público do Estado do Pará, Defensoria Pública do Estado do Pará e Receita Federal. Essa união de esforços

e recursos é essencial para o sucesso dos PIDs, pois permite a implementação de ações conjuntas e a otimização dos recursos disponíveis.

As parcerias estabelecidas não se limitam a ampliar o alcance das iniciativas, mas também promovem uma abordagem integrada e sustentável para a inclusão digital. A colaboração entre diferentes órgãos e instituições possibilita a identificação de demandas específicas de cada comunidade atendida e a implementação de soluções personalizadas e eficazes. Além disso, fortalece a troca de conhecimentos e experiências, enriquecendo as práticas e contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

Assim, a importância das parcerias para o sucesso do PID é inegável. É por meio dessa colaboração que se torna possível superar os desafios da exclusão digital e garantir que todos os cidadãos e cidadãs, independentemente de sua localização ou condição socioeconômica, tenham acesso aos serviços e informações necessários para exercer plenamente seus direitos e sua cidadania.



[VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI](#)



## Relato do Coordenador do Laboratório

"E

ssa é a ideia da revista. Fazer as pessoas conhecerem um pouco do Pará. Conhecerem lugares onde nunca havia existido um ponto permanente do Judiciário através das salas implementadas. Onde tem PID, não tinha Judiciário, a não ser itinerante".



ASSISTA AO RELATO  
DO JUIZ CHARLES  
MENEZES BARROS

### Juiz Charles Menezes Barros

Auxiliar da Presidência do TJPA e  
Coordenador do Laboratório de Inovação Pai d'égua

## Relato do Idealizador do Projeto

"O

que era uma ideiação, cogitação, com colegas do Brasil inteiro, em plena pandemia, se tornou concretude, realidade. Não há como pensar sobre inovação, criatividade, sem colocar a 'mão na massa'. Esse projeto é a efetivação de Direitos Fundamentais. Uma das minhas grandes preocupações era que as salas não fossem como gabinetes de juízes, mas um local humanizado, adequado, acessível, sala multiuso com sofá, quadros, cores vivas e tecnologia de ponta. Toda essa preocupação foi pensada na visão do usuário – jornada do usuário. Fiz várias audiências, prototipagens e a população trouxe feedbacks os quais foram incorporados ao projeto. O legal da inovação é tirar da imaginação e levar para vida".



ASSISTA AO RELATO  
DO JUIZ JOÃO VALÉRIO  
DE MOURA JÚNIOR

### Juiz João Valério de Moura Júnior



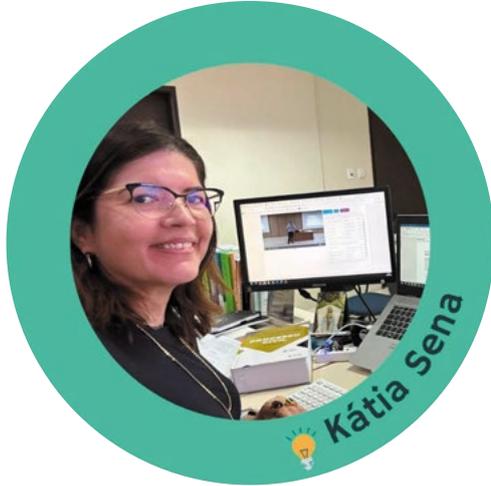
VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI 

# Equipe do Laboratório Pai d'égua



VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI





Kátia Sena



Geraldo Leite



Marcelo Simão



Diego Leitão



Lorena Vale



Ricardo Paixão



VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI 

# “Eu sou de um país que se chama Pará...”



á diziam nossos poetas Ruy Barata e Paulo André Barata ao se referir, não somente, à dimensão territorial do Estado, mas também, ao orgulho de ser paraense. Em nosso nome carregamos grandezas, afinal ‘Pará’ deriva do tupi-guarani “pa’ra”, que significa algo como um corpo de água tão largo quanto o mar, “rio-mar” ou “rio do tamanho do mar”.

Um Estado com a vastidão do Pará, apresenta-nos novas paisagens, novos olhares, novas possibilidades e novas formas de conhecê-lo todos os dias. Conhecer o Pará é conhecer culturas, pessoas, realidades e sonhos. Conhecer o Pará é conhecer mais da nossa história e formação enquanto povo, estado e país.

É com esse intuito que pegaremos carona pelas estradas, rios e céu do segundo maior Estado da região norte e mais populoso dela. Desbravaremos milhares de quilômetros com o objetivo de levar o Poder Judiciário para perto de cada jurisdicionado no Estado do Pará e de conhecer cada vez mais de perto tudo o que compõe o nosso ‘país-Pará’.

Quem nos levará nessa viagem é o Projeto Justiça Sem Fronteiras, projeto do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, gestado pelo Laboratório de Inovações do TJPA.

O Projeto Justiça Sem Fronteiras visa a garantir o acesso à Justiça através da instalação de Pontos de Inclusão Digital (PID), que objetivam permitir às jurisdicionadas e aos jurisdicionados a realização de diversos atos processuais, por sistema de videoconferência pela internet, assim como atendimento por meio do Balcão Virtual. A medida atende à Recomendação nº 130, de 22 de junho de 2022, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e a Resolução nº 508 também do CNJ, e prevê a instalação de salas equipadas com tecnologia de trans-

missão, permitindo que magistrado(a)s, integrantes do Ministério Público e partes envolvidas no processo possam se certificar das condições em que o ato está sendo realizado.

O objetivo é levar o PID a todos os municípios que não possuem a estrutura do Poder Judiciário, e também, alcançar distritos, vilas e comunidades distantes e/ou de difícil acesso, ainda que localizados dentro de um município que conte com estrutura do Judiciário.

As salas dos PIDs do Poder Judiciário Paraense são pensadas a partir de um leiaute humanizado, acolhedor e acessível, contando com atendentes treinados e capacitados para a realização do atendimento da população.

Sendo o Pará um Estado com 1.248.000 km<sup>2</sup>, 144 municípios e cerca de 8 milhões de habitantes e considerando que o Judiciário Paraense possui 113 Comarcas no Estado, implementar um projeto como o Justiça Sem Fronteiras é uma combinação de necessidade, desafio e satisfação.

É necessidade, pois conhecemos as dificuldades que nossos jurisdicionados enfrentam para ter acesso à Justiça e sabemos que precisamos agir para encurtar essas distâncias e dissipar essas dificuldades.

É desafio porque cruzar estradas, rios e céu num estado do tamanho do nosso e com características tão únicas não é nada fácil. Afinal, além do deslocamento de pessoas para as instalações dos PIDs, deslocamos também equipamentos de informática de última geração e mobiliário especificamente pensado no acolhimento e humanização da sala do PID. Por isso, não raro existem localidades em que para se chegar foram necessários três meios de transporte diferentes: avião/helicóptero, carro e barco.

Se foi difícil para nós chegarmos até eles, faça o



exercício de imaginar como era para os(as) jurisdicionados(as) chegarem até o Judiciário...

Nesse contexto, é satisfação gigantesca quando vemos nos olhos da população a gratidão e o interesse pela utilização da sala. Em áudio recebido por uma das atendentes dos PIDs, ouvimos o seguinte relato: *“Caiu do céu, ó?! Muito obrigada por trazer isso aí porque vai ajudar muito! Eu mesma já comecei (a utilizar) e sei que vai me ajudar no meu processo que eu tenho na justiça. Eu sei que agora vai ir! Eu fiquei tão feliz que resolvi gravar um áudio pra agradecer! Muito obrigada e que Deus abençoe todos vocês que estão ajudando.”*

É isso que uma única sala do PID é capaz de fazer: acesso à Justiça, cidadania, proximidade com o Judiciário, sentimento de valorização, pertencimento, acolhi-

mento e esperança!

É por esse motivo que somos incansáveis em nosso objetivo de facilitar o acesso de nossa população aos serviços prestados pelo TJPA, e mais: estamos sempre buscando melhorar nossos serviços com o objetivo de fazer com que o Tribunal faça parte da vida da população e seja visto por ela como referência na busca por direitos.

Agora convidamos você a viajar e a conhecer um pouco mais do nosso ‘país-Pará’ através de cada um dos Pontos de Inclusão Digital instalados pelo Poder Judiciário estadual e seus parceiros, e a conhecer, também, o trabalho desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, através de seus magistrados e servidores.

Como dizemos por aqui: Vamo simbora, mano(a)!



Barata, P. A.; Barata, R. Porto Caribe. Intérprete Lucinha Bastos. Álbum: Lucinha Bastos Canta Amazônia. Gravadora Independente, 1998.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/historico> . Acesso em 29 nov. 2023.



VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI 

# PID Município de Abel Figueiredo



- Comarca sede: **Rondon do Pará**
- Distância da comarca sede: **42,7 km**
- Tempo de viagem: **36 minutos**
- Transporte: **terrestre**

# E

m 1964, nas margens da histórica rodovia PA-70, hoje conhecida como BR-222, nasceu o núcleo habitacional que viria a formar Abel Figueiredo.

O km 92 da rodovia testemunhou o surgimento deste município, impulsionado pela construção da estrada que atraiu uma pluralidade de trabalhadores, especialmente os nordestinos que buscavam novas oportunidades.

O nome da cidade homenageia o político Abel Nunes Figueiredo, figura atuante na mesorregião de Paragominas, e genro do Governador do Estado do Pará Alacid Nunes, grande força política no período de formação da localidade.

Em 11 de novembro de 2022, Abel Figueiredo testemunhou um feito histórico: tornou-se o primeiro município a receber um Ponto de Inclusão Digital (PID). A inauguração contou com a presença da então presidente do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, do prefeito Antônio Calhau, do secretariado do TJPA e de autoridades locais.

Este marco inaugural representou o primeiro passo rumo à concretização do visionário Projeto Justiça Sem Fronteiras. As palavras do magistrado João Valério de Moura Júnior, idealizador do projeto, evidenciam o principal foco do projeto: "Ouvimos a população para entender suas necessidades. Com essa abordagem centrada no usuário, desenvolvemos uma sala com um leiaute inovador, versátil para diversas atividades."

A concepção do projeto não deixou de lado questões cruciais como acessibilidade e acesso à internet de qualidade. O espaço foi meticulosamente projetado para possibilitar audiências judiciais on-line e atendimento, refletindo o comprometimento em levar a Jus-

tiça a cada cidadão.

O juiz auxiliar da Presidência e coordenador do Laboratório de Inovações do PJPA, Charles Menezes Barros, ressalta uma das grandes motivações por trás do projeto: "A sala equipada evita que a pessoa se desloque até a sede do município. Muitas vezes, percebemos que pessoas intimadas não compareciam às audiências por falta de condições de transporte."

O PID Abel Figueiredo, situado a mais de 40 km da Comarca de Rondon do Pará, é resultado de parceria com a Prefeitura do Município.

Este Ponto de Inclusão Digital em Abel Figueiredo não foi apenas um feito local; tornou-se um parâmetro, inspirando a expansão do Projeto Justiça Sem Fronteiras para outras localidades. Ele representa a materialização do compromisso em superar barreiras geográficas, aproximando a Justiça daqueles que mais dela necessitam.

Neste rincão de histórias que é Abel Figueiredo, o nascimento do primeiro Ponto de Inclusão Digital transcende a simples instalação de tecnologia. Ele se ergue como um farol de oportunidades, iluminando o caminho daqueles que, por muito tempo, viram o acesso à Justiça como um horizonte distante. Este PID é mais que uma sala; é a afirmação de que cada cidadão merece, e agora tem, o direito à Justiça ao alcance de suas mãos. Abel Figueiredo não é apenas o ponto de partida; é o coração pulsante de uma jornada que levará a Justiça, sem fronteiras, a todos os cantos do Pará. Que os ecos deste primeiro passo funcionem como um testemunho emocionante da transformação que a inovação e a acessibilidade podem realizar na vida de uma comunidade.

O futuro da Justiça, agora, é um horizonte compartilhado por todos os filhos desta terra.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/abel-figueiredo/historico>.

Acesso em: 13 nov. 2023.

Mesquita, Thiago Broni de; Fontes, Edilza Joana Oliveira.

Na fronteira amazônica: Abel Figueiredo e as memórias de uma ditadura na floresta. Revista Eletrônica da ANPHLAC, São Paulo, v. 16, n. 16, p. 155-185, jan./jul. 2014. ISSN 1679-1061. Disponível em: <http://revista.anphlac.org.br>.

Acesso em: 14 nov. 2023.





CONFIRA AS FOTOS  
DA INAUGURAÇÃO



ASSISTA AO RELATO  
DA DESEMBARGADORA  
CÉLIA REGINA DE LIMA  
PINHEIRO

*“É muito gratificante falar da experiência vivida na gestão do biênio 2021-2023, sob a minha responsabilidade no Poder Judiciário do Estado do Pará. E, é verdade, nós ali, tivemos a oportunidade de instalar o primeiro PID, Ponto de Inclusão Digital!”*

Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro,  
Presidente do TJPA no biênio 2021-2023



VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI 

# PID Município de Santa Cruz do Arari



- Comarca sede: **Cachoeira do Arari**
- Distância da comarca: **44 km**
- Tempo de viagem: **2h30**
- Transporte: **Marítimo** (até comunidade de Genipapo) + **Terrestre**



Entre as águas salobras que abraçam a maior ilha fluviomarina do mundo, um capítulo importante se desenha na história do arquipélago marajoara. A Ilha do Marajó, com uma área de 40.100 km<sup>2</sup>, brilha em meio à diversidade única de ecossistemas que a circunda.

Devido a sua localização entre a floresta amazônica e o oceano Atlântico, a região abriga uma grande diversidade de ecossistemas, incluindo florestas tropicais, manguezais, savanas e áreas alagadas. Essa variedade de habitats contribui para a existência de uma ampla gama de espécies vegetais e animais.

A existência de indígenas anteriores à chegada dos europeus à região remonta cerca de 3.500 anos de história, o que significa que, pelo menos 3 mil anos antes da chegada dos europeus, a ilha já era o lar de diversos grupos indígenas (Schaan, Martins e Portal, 2010, p. 73-74).

Neste cenário de rios sinuosos, manguezais e diversidade cultural, a cidade de Santa Cruz do Arari tem importância destacada por ser um ponto de conexão crucial para a justiça. Aqui, em parceria com a Prefeitura Municipal, o 2º Ponto de Inclusão Digital do Poder Judiciário do Estado do Pará encontrou seu lugar no Terminal Hidroviário de Passageiros e Cargas do município.

Como símbolo dessa grande conquista da população marajoara, a instalação do PID Santa Cruz do Arari foi um momento de festa, na manhã de 06 de junho de 2023. Uma grande roda de carimbó, composta por magistrados, servidores dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo e pela população, foi formada a partir da apresentação da Associação Musical de Santa Cruz do Arari tocando carimbó, ritmo tão tradicional para a população marajoara e paraense.

A festa também não conheceu fronteiras, transcendeu o espaço físico, e, virtualmente, contou com a participação da presidente do TJPA, desembargadora Maria de

Nazaré Silva Gouveia dos Santos. De Belém, ela expressou sua alegria e comprometimento com o Marajó.

Nas palavras da desembargadora Maria de Nazaré ecoam não apenas o orgulho de um feito, mas o compromisso enraizado em suas experiências: “Ainda que de longe, mas, com muita alegria, entregamos esse trabalho ao povo querido do Marajó. Esse povo humilde e de coração enorme precisa do Judiciário. Fui juíza em Muana (*município do arquipélago que compõe do Marajó*) por muito tempo, percorri muitos rios e sei das dificuldades dos jurisdicionados, não só de transporte, mas dificuldades financeiras também.”

A presidente do TJPA reforçou a importância do compromisso de um Judiciário que não apenas julga, mas que caminha lado a lado com a população, compreendendo suas lutas e aspirações: “Nós temos que levar dignidade e Justiça a este povo. O PID que estamos instalando hoje em Santa Cruz é para isso. Agradeço à Prefeitura e aos servidores. A Justiça não anda sozinha. Ela deve andar de braços dados com o Executivo e a população. Por isso, estamos unidos pelo povo carente de Justiça. E estou à disposição para ouvi-los. Obrigada a todos os envolvidos.”

Em Santa Cruz do Arari, estiveram presentes os juízes auxiliares da Presidência do TJPA, Sílvio César dos Santos Maria e Charles Menezes Barros; além do prefeito de Santa Cruz do Arari, Nicolau Eurípedes Beltrão Pamplona; do prefeito de Cachoeira do Arari, Antônio Augusto Figueiredo Athar; da juíza da Vara Única de Cachoeira do Arari, Bárbara Souza Nunes e das demais autoridades municipais.

Fortalecer a presença da Justiça numa região tão mágica e histórica, com um povo tão acolhedor como a Ilha do Marajó é um grande passo para a população e para o Judiciário paraense. Que o PID, erguido sobre as águas da Ilha do Marajó, seja uma ponte para a inovação, um ponto de inclusão que acenda a chama da Justiça em cada coração marajoara.

SCHAAN, Denise Pahl.; MARTINS, Cristiane. P.; PORTAL, Vera L. M. Patrimônio arqueológico do Marajó dos Campos. In: SCHAAN, D. P.; MARTINS, C. P. (Org.) Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia marajoara. Belém: GKNoronha, 2010. Disponível em: [[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivArq\\_MuitoAlemCampos\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivArq_MuitoAlemCampos_m.pdf)]. Acesso em: 09 nov. 2023. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santa-cruz-do-arari/historico>. Acesso em: 09 nov. 2023.





*"(...) O acesso ao Termo de Santa Cruz se dá no inverno mediante lancha, é uma viagem de duas horas e meia. Chega no verão, por incrível que pareça, esse rio se transforma em uma estrada, ou seja, você pode ir de carro. Isso também dura em torno de duas horas, mas também pode fracionar essa viagem. Vai até a comunidade de Genipapo, de lancha, lá se pega um transporte e chega em Santa Cruz do Arari. Mas, me diz uma coisa, esse tempo, ele diminui? Não, a resposta é negativa, ele não diminui. Porque com a seca, o rio fica mais seco, então a lancha tem mais dificuldade de trafegar e isso também demora duas horas e meia. Então, essa atitude, essa visão do Poder Judiciário do Estado do Pará, em trazer essa inclusão ao jurisdicionado, foi determinante tanto para nos ajudar na nossa produtividade, como trazer também o acesso do jurisdicionado ao Poder Judiciário, que, dentre todas as opções, essa foi a que mais serviu, essa foi a mais imprescindível (...)"*

Juíza Lurdilene Bárbara Souza Nunes



CONFIRA AS FOTOS  
DA INAUGURAÇÃO



ASSISTA AO RELATO  
DA JUÍZA  
LURDILENE BÁRBARA  
SOUZA NUNES



VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI 

# PID Município de Trairão



- Comarca sede: **Itaituba**
- Distância da comarca: **86,9 km**
- Tempo de viagem: **1h46**
- Transporte: **Terrestre**



O nome deste município parece história de pescador.

Distante mais de 1.300 km de Belém, o município de Trairão recebeu, no dia 26 de junho de 2023, a instalação do 3º PID do PJPA.

Localizado no sudoeste paraense, a história do nome da comunidade parece história de pescador. Na verdade, não só parece, como é.

Segundo relatos dos moradores mais antigos, a comunidade recebeu este nome devido à pesca de uma traíra (peixe de água doce) de aproximadamente 40 kg, no rio Amadeus, fazendo com que popularmente a vila e, em seguida a comunidade, fosse chamada de Trairão. Posteriormente, o nome do município foi oficializado via plebiscito.

Possuindo uma população de mais de 19.000 habitantes, Trairão está localizado a cerca de 86 km de distância do Fórum da Comarca de Itaituba à qual pertence. Essa distância se tornava um empecilho para que a população buscasse seus direitos. Com a instalação do PID, os trairenenses não precisam mais se deslocar até Itaituba para buscar por seus direitos, para verificar o andamento de seus processos ou para ter acesso à magistrada ou aos servidores do Fórum.

A cerimônia de instalação, realizada no edifício do Núcleo Administrativo Municipal, foi mais que um evento protocolar; foi a celebração de uma conquista. Sob a batuta dos juízes auxiliares da Presidência do TJPA, Sílvio César Santos Maria e Charles Menezes Barros, e com a participação virtual da presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargadora Maria de Nazaré Gouveia, Trairão se vestiu de festa.

No evento, as palavras do magistrado Charles Menezes Barros ecoaram como um compromisso: "A missão do Laboratório Pai d'égua é ver quais as necessidades da população e fazer com que a Justiça chegue até essas pessoas que mais precisam. E é essa a função do PID. Se você precisa ver como está o seu processo, você não precisa mais ir

até Itaituba. Venha até o nosso PID que nós atenderemos você. Como disse o poeta Belchior: 'O novo sempre vem'. E o novo chegou!"

A magistrada Viviane Lages Pereira, diretora do Fórum da Comarca de Itaituba e responsável pela coordenação do PID Trairão, ressaltou a importância da parceria com a prefeitura, destacando como a união de esforços é crucial para o acesso à Justiça e à cidadania.

A instalação de um único PID movimentou todo o ecossistema jurídico e isso fica evidente na afirmação feita pela Presidente da Subseção de Itaituba da OAB-PA, Josiane Loyola: "Hoje, nós fizemos o caminho inverso. Geralmente são os senhores que nos procuram para receber a prestação jurisdicional, mas hoje eu percebi e senti a dificuldade que é conseguir chegar a tempo de uma audiência ou de algum ato que você vai fazer. Eu saí de Itaituba às 8h30 para pegar a balsa às 9h e de lá vim de carro parando, parando, ou seja, um trecho de 80 km acaba se tornando uma distância sem tamanho e você pode ter um atraso e um prejuízo irreparável. Com a inauguração deste Ponto de Inclusão Digital a prestação jurisdicional chegará a quem dela necessita".

Em seu pronunciamento, a desembargadora Maria de Nazaré Gouveia afirmou: "Nós sabemos das dimensões do nosso Estado que são continentais e em virtude da distância e do dispêndio financeiro, nossa população, muitas vezes, abria mão de seus direitos. Em nome do Poder Judiciário, expressei toda a minha satisfação, assegurando que novos Pontos de Inclusão Digital como este continuarão sendo instalados no nosso Estado. As dificuldades de acesso à Justiça estão ficando para trás. Ninguém está esquecido neste Estado. Estamos paulatinamente chegando a todas as localidades."

E, assim, em um coro vibrante, o presidente da Câmara Municipal de Trairão, vereador Aridelson Almeida, proclamou: "Quem tá feliz é nós!"

A felicidade não é apenas um sentimento, mas um testemunho de que, em cada PID instalado, em cada acesso à Justiça facilitado, a alegria se espalha e a Justiça se torna uma realidade mais próxima e tangível para todos. A história que começou nas águas do rio Amadeus agora flui como um rio de inovação, conectando a população aos seus direitos de maneira ágil e acessível.

| <https://trairao.pa.gov.br/o-municipio/historia/>. Acesso em: 14 nov. 2023.





CONFIRA AS FOTOS  
DA INAUGURAÇÃO



ASSISTA AO RELATO  
DA JUÍZA  
VIVIANE LAGES  
PEREIRA

*"A instalação dos PIDs significa a democratização do acesso à Justiça através da utilização de tecnologias, que, certamente, consolidam o formato do Judiciário do futuro".*

Juíza Viviane Lages Pereira



VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI 

# PID Distrito de Castelo dos Sonhos



- Comarca sede: **Altamira**
- Distância da comarca sede: **970 km**
- Tempo de viagem: **15h**
- Transporte: **Terrestre**
  
- Comarca vinculada\*: **Novo Progresso**
- Distância da comarca vinculada : **154 km**
- Tempo de viagem: **2h20**
- Transporte: **Terrestre**

*\*Em virtude da distância da Comarca sede, o Distrito foi vinculado à Comarca de Novo Progresso*



4º PID do PJPA não poderia ser mais desafiador.

Já imaginou ter que se deslocar mais de 900km para saber o andamento de um processo?

O Distrito de Castelo dos Sonhos, batizado a partir de uma música popular homônima muito executada na região, está localizado no Município de Altamira, ficando a mais de 900 km da sede do município. No intuito de facilitar a prestação jurisdicional, o distrito foi vinculado à Comarca de Novo Progresso, município vizinho, situado a 154 km do distrito.

Será que você conhece a música?



Aponte sua câmera para o QR Code e ouça.

O Projeto Justiça Sem Fronteiras, do Poder Judiciário do Pará, inaugurou seu quarto Ponto de Inclusão Digital (PID) no Distrito de Castelo dos Sonhos no dia 27 de junho de 2023.

Participaram presencialmente do evento os juízes auxiliares da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Charles Menezes Barros e Sílvio César Maria, a magistrada diretora do Fórum de Novo Progresso Soraya Muniz Calixto, o procurador do município de Altamira Ricardo Barbosa, a subprefeita de Castelo dos Sonhos Sandra Matão e demais autoridades municipais.

A presidente do TJPA, desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, participou do evento remotamente e destacou a aproximação entre a população que busca acesso à prestação jurisdicional e ao Judiciário. “Estou muito feliz em levar a Castelo dos Sonhos este PID. No momento em que cada jurisdicionado precisar usar a sala, verá o quanto foi necessário instalá-la e aproximar o jurisdicionado do juiz da sua Comarca, dos trabalhos oferecidos pelo Judiciário e o quanto é importante não ter que se deslocar até um lugar longínquo. É necessário que mais PIDs sejam instalados. Agora estamos trazendo os jurisdicionados para perto de nós, onde podem ter seus direitos atendidos”.

O coordenador do Lab Pai d’égua, Charles Barros, pontuou durante o evento que “chegar aqui para nós foi custoso, viajamos por quase 12 horas. Temos que, em primeiro lugar, pensar na população e em como podemos prestar serviços de qualidade. É realmente um sonho realizado. E um sonho sonhado por mais de uma pessoa não é um sonho, é uma meta, uma missão que hoje estamos realizando”.

A juíza diretora do Fórum de Novo Progresso, Soraya Muniz Calixto, disse estar honrada em participar do momento, considerando a ocasião um marco para o Poder Judiciário e para Novo Progresso, já que representa o acesso do(a) jurisdicionado(a) ao Poder Judiciário: “Isto é muito importante, porque acaba sendo um exercício da cidadania para que as pessoas tenham acesso ao Judiciário e a seus direitos e possam pleitear seus interesses”, disse.

Música: Castelo de sonhos. Autores: Walter Basso e Zé Maria. Álbum: Walter Basso. 1972. A canção fez muito sucesso no Brasil inteiro, tendo sido regravaada 23 vezes e alcançando disco de ouro, pela venda de mais de 1 milhão de cópias.





CONFIRA AS FOTOS  
DA INAUGURAÇÃO



ASSISTA AO RELATO  
DA JUÍZA  
SORAYA MUNIZ  
CALIXTO DE OLIVEIRA

*“O PID trouxe o jurisdicionado que reside em localidades longínquas para perto da Justiça. Ou seja, o PID representou o exercício da cidadania para que as pessoas pudessem ter acesso ao Judiciário e a seus direitos, podendo pleitear seus interesses”.*

Juíza Soraya Muniz Calixto de Oliveira



VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI 

# PID Distrito de Taboca



- Comarca sede: **São Félix do Xingu**
- Distância da comarca: **158 km**
- Tempo de viagem: **4h**
- Transporte: **Terrestre**



Taboca é um distrito pertencente e situado a 100 km do Município de São Félix do Xingu, com população estimada em cerca de 20 mil habitantes. Taboca é o maior dentre os seis distritos do município e sua origem remonta a instalação de uma mineradora que, depois de deixar o local, influenciou na permanência de moradores e no crescimento do povoado que posteriormente tornou-se distrito.

Em dia 18 de julho de 2023, o PJPA instalou o quinto PID do Estado. A presidente do Tribunal de Justiça do Pará, desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, acompanhou virtualmente da sede do Município de São Félix do Xingu a programação, juntamente com o secretariado do TJPA, com o prefeito João Cleber Torres, com representantes do CNJ, do Ministério Público do Estado do Pará (MPE-PA), da Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE-PA), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PA) e demais autoridades municipais.

Os juízes auxiliares da Presidência do TJPA, Sílvio César dos Santos Maria e Charles Menezes Barros, estiveram presencialmente na solenidade realizada no Distrito de Taboca, bem como representantes da Prefeitura de São Félix do Xingu e outras autoridades locais.

O empenho de todos e todas no estabelecimento dos PIDs e no trabalho em benefício da população foram aspectos lembrados pela presidente do TJPA que, na ocasião, destacou a função do ponto de inclusão em Taboca: "É muito importante para nossos jurisdicionados, já que um ponto digital a 100 km da Comarca em

muito ajudará para que as pessoas sejam atendidas pelos serviços da Justiça. Num ponto digital haverá um servidor da prefeitura que fará a ponte com os juízes daqui, com o promotor, com o defensor, na resolução de pendências judiciais".

Além disso, a desembargadora presidente destacou a importância das parcerias com outros órgãos: "Vamos ainda buscar mais parceiros, para que possamos, nesta rede, ajudar as pessoas que muitas vezes não têm como ir buscar seus direitos em São Félix".

Segundo o coordenador do Lab, Charles Barros, "o PID serve para que as pessoas não tenham que se deslocar até São Félix do Xingu para encontrar a jurisdição, mas o PID não será só para isto. Estamos fechando parcerias com o TRT e o TRE. O PID será um centro que levará cidadania ao cidadão. É um sonho conseguirmos distribuir Justiça e fazer com que o Judiciário se estenda cada vez mais por todo nosso grande Pará".

O juiz auxiliar da Presidência do TJPA, Sílvio César dos Santos Maria, agradeceu a prefeitura por ter firmado parceria com o TJPA e, com isso, ter garantido reforço da cidadania e do acesso à Justiça para os habitantes do distrito. "A dificuldade é tamanha para essas 20 mil pessoas que muitas vezes abrem mão de seus direitos em razão da distância para ir até a sede do município e entrar com uma ação ou promover sua defesa e, com isso, veio a ficar prejudicada. Em razão da tecnologia, novos mundos se abrem para a comunidade local".

O PID de Taboca já nasceu com acordo de cooperação firmado entre o TRT8 e o TJPA para utilização compartilhada. No dia seguinte à instalação, duas audiências da Justiça do Trabalho foram realizadas no PID.

O juiz trabalhista Ezon Ferraz parabenizou o Tribunal de Justiça do Pará pela iniciativa. "O PID é uma ferramenta fantástica de ampliação do acesso à Justiça e ao exercício da cidadania. Parabéns ao TJPA e que a ferramenta possa ser ampliada".

<https://www.sfxingu.pa.gov.br/?s=tabocan>. Acesso em: 17 nov. 2023.





CONFIRA AS FOTOS  
DA INAUGURAÇÃO



ASSISTA AO RELATO  
DO JUIZ  
ADOLFO DO  
CARMO JUNIOR

*“Um dos grandes desafios da Comarca sempre foi o alto número de ausência das partes e testemunhas nos atos processuais, muitas vezes justificado pela falta de recursos financeiros para o deslocamento até o Fórum ou mesmo para a compra de ‘créditos’ de celular para participação por meio virtual!”*

Juiz Adolfo do Carmo Junior



VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI 

# PID Município de Pau d'Arco



- Comarca sede: **Redenção**
- Distância da comarca: **25,4 km**
- Tempo de viagem: **25 minutos**
- Transporte: **Terrestre**



nas entranhas da história, o berço que deu origem ao que conhecemos hoje como Município de Pau d'Arco foi uma vila de garimpeiros batizada como Gameleira, no início do Século XX. A exemplo do que ocorre nas "corridas do ouro", essa comunidade vivenciou o fulgor da prosperidade e, em seguida, também experimentou seu declínio.

No cenário desse pequeno povoado de garimpo de ouro, os habitantes teciam suas vidas na extração do ouro e na exploração da madeira de lei, com destaque para a aroeira, hoje uma relíquia extinta na nossa região.

Em 1972, com a abertura da então rodovia PA 150 (atual BR 158), tiveram início a criação de pequenas vilas na região, incluindo a vila de Pau d'Arco que teve sua formação inicial com a construção de uma serraria de mesmo nome e com a construção de casas para os operários, Pau d'Arco tornou-se município em 13 de dezembro de 1991, desmembrado do Município de Redenção.

Pau d'Arco foi o 6º município paraense a receber um Ponto de Inclusão Digital. O espaço foi inaugurado, em solenidade realizada dia 7 de agosto de 2023 e teve a presença dos juízes auxiliares da Presidência do TJPA, Sílvio César dos Santos Maria e Charles Menezes Barros, bem como de representantes da Prefeitura de Pau d'Arco e outras autoridades locais.

A presidente do Tribunal de Justiça do Pará, desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, acompanhou virtualmente a programação e em seu pronunciamento agradeceu os esforços conjuntos em-

preendidos pelo Laboratório Pai d'égua e pela prefeitura para que o PID de Pau d'Arco fosse inaugurado, além de convocar a população a utilizá-lo. "Cada PID é uma alegria, uma satisfação maior em levar aos jurisdicionados o Judiciário, e sei que terão seus direitos atendidos. Esta é uma extensão do Judiciário para vocês, usem para tudo e façam deste ponto como se fosse o Fórum da Comarca".

O propósito do Laboratório Pai d'égua foi um ponto explicado na ocasião pelo coordenador do Laboratório, juiz Charles Menezes Barros: "O Laboratório avalia a prestação jurisdicional e quais são as dificuldades das pessoas em relação ao Judiciário. Começamos a discutir e tentamos fazer com que a população satisfaça suas necessidades".

Em Pau d'Arco, o PID opera também por meio de convênios com o Tribunal Regional do Trabalho (TRT8) e o Tribunal Regional Eleitoral (TRE do Pará).

"Uma Justiça multiportas, que se abre com iniciativas de inclusão para que a população tenha acesso aos serviços de um Fórum" foi como a juíza diretora do Fórum de Redenção, Leonila Maria de Melo Medeiros, classificou a concretização da iniciativa. "O Judiciário deve botar os pés para fora de suas salas e expandir os serviços, porque não há nada mais abrangente que a Justiça, e todo cidadão precisa ter seus direitos assegurados", afirmou.

Já o juiz da Vara Agrária de Redenção, Haroldo Silva da Fonseca, disse que a inclusão digital é um sonho que a cada dia se torna mais real, trazendo as pessoas que não conseguem ter acesso à Justiça, facilitando para que um processo judicial possa ser conduzido de forma mais célere e sobretudo evitando que as pessoas tenham gastos no acesso à Justiça.

A primeira audiência de custódia do PID de Pau d'Arco foi realizada pelo magistrado Haroldo Fonseca.

Participaram do evento o vereador Chiquinho, presidente da Câmara, a juíza Kátia Parente Sena e juiz Geraldo Leite, ambos membros do Laboratório Pai d'égua.

| <https://pauarco.pa.gov.br/o-municipio/historia/>. Acesso em: 17 nov. 2023.





CONFIRA AS FOTOS  
DA INAUGURAÇÃO



ASSISTA AO RELATO  
DO JUIZ  
HAROLDO SILVA  
DA FONSECA

*“É extremamente gratificante saber que fazemos parte dessa história e essa história é de sucesso, revelando a preocupação do Tribunal com o jurisdicionado. O Tribunal de Justiça do Estado do Pará assume um patamar de vanguarda com a implantação do PID, Ponto de Inclusão Digital, possibilitando uma entrega da prestação jurisdicional mais célere e eficiente”.*

Juiz Haroldo Silva da Fonseca



VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI 

# PID Município de Santa Maria das Barreiras



- Comarca sede: **Conceição do Araguaia**
- Distância da comarca: **134 km**
- Tempo de viagem: **2h38**
- Transporte: **Terrestre**



A história do município está intimamente relacionada com a fundação do povoado de Altas Barreiras em 1892. Formado por imigrantes goianos, esta localidade desenvolveu-se pela extração de borracha-caucho (borracha de qualidade inferior) e de outros produtos extrativistas e teve como principal marco de formação, a construção da Paróquia de Sant'Anna. Em 1936, passou a ser denominado de Distrito de Santa Maria das Barreiras e tornou-se município em 1988.

Em 8 de agosto de 2023, foi instalado o PID Santa Maria das Barreiras, no Distrito de Casa de Tábua, equipado com as melhores condições para que jurisdicionados e jurisdicionadas da região se sintam acolhidos e participem de atos processuais ou obtenham informações sobre processos.

O PID de Santa Maria das Barreiras foi inaugurado em solenidade com a presença dos juízes auxiliares da Presidência do TJPA, Sílvio César dos Santos Maria e Charles Menezes Barros, coordenador do Laboratório de Inovação do Poder Judiciário do Pará, bem como de representantes da Prefeitura Municipal e outras autoridades locais.

A presidente do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, acompanhou virtualmente a programação da sede do Judiciário estadual e se manifestou sobre a instalação, dizendo que os maiores beneficiados serão os jurisdicionados e jurisdicionadas residentes em Casa de Tábua. "Fico muito feliz como gestora deste Tribunal em saber que estamos ampliando os PIDs e levando a essa população que não tem condições de ir até a Comarca, nem de falar com um advogado, ou com um defensor público, ou com um promotor de justiça, levar esta facilidade do auxílio na busca de um direito é mui-

to importante", avaliou.

O juiz Charles Menezes Barros explicou que a ideia do PID é ser um centro de serviços que leve a prestação jurisdicional às pessoas, para que não tenham que se deslocar até a Comarca mais próxima em busca de atendimento e que, em Santa Maria das Barreiras, o PID trabalha em convênio com o Tribunal Regional do Trabalho (TRT8) e o Tribunal Regional Eleitoral (TRE do Pará), que também terão um espaço de atendimento local.

A distância de mais de 200 km da Comarca de Conceição do Araguaia era uma preocupação, segundo o juiz auxiliar da Presidência do TJPA, Sílvio César dos Santos Maria, pois dificultava a população a pleitear seus direitos e ter efetivo acesso à Justiça. "Hoje, a Justiça se aproxima do jurisdicionado e oferece os serviços disponíveis aqui no Distrito de Casa de Tábua. É importante que seja enfatizado que qualquer pessoa que queira acessar algum processo em qualquer local do Brasil tem condições de acessá-lo daqui. Como parte, como testemunha, vocês poderão usar esta sala para prestar depoimentos. E que efetivamente o exercício da cidadania seja efetivado".

O juiz de direito de Conceição do Araguaia, Marcos Paulo Campelo enfatizou que "o Poder Judiciário de uma forma inovadora estendeu a sua atuação, não apenas através de um oficial de justiça ou de uma visita técnica, mas de uma forma permanente. Aqui haverá atendimento pleno de demandas, e para isso, a comunidade que reside em Santa Maria das Barreiras teria de dispor de tempo e recursos financeiros que não possui".

O prefeito de Santa Maria das Barreiras, Adriano Salomão, avaliou positivamente a parceria firmada com o TJPA, que, segundo ele, conferiu assistência e economia à população da região. "Ficamos muito felizes em fazer parte desta mudança", disse.

O vereador Alduides Amancio, presidente da Câmara Municipal de Santa Maria das Barreiras; a juíza Kátia Parente Sena, membro do Laboratório; a juíza diretora do Fórum de Redenção, Leonila Maria de Melo Medeiros; e o juiz da Vara Agrária de Redenção, Haroldo Silva da Fonseca, também participaram da solenidade.

<https://www.santamariadasbarreiras.pa.gov.br/o-municipio.html>. Acesso em: 21 nov. 2023.





CONFIRA AS FOTOS  
DA INAUGURAÇÃO



ASSISTA AO RELATO  
DO JUIZ  
MARCOS PAULO  
SOUSA CAMPELO

*“O Poder Judiciário passa a adotar como um dogma  
de fé o acesso ao Poder Judiciário e o Ponto de Inclusão  
Digital torna-se uma capelania desta fé”.*

Juiz Marcos Paulo Sousa Campelo



VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI 

# PID Município de Cumaru do Norte



- Comarca sede: **Redenção**
- Distância da comarca: **145 km**
- Tempo de viagem: **2h22**
- Transporte: **Terrestre**



Conhecida pela riqueza de seus recursos naturais, a cidade de Cumaru do Norte, localizada no sudeste do Estado do Pará, é um verdadeiro tesouro da região. A mineração se destaca como uma valiosa fonte de recursos, mantendo-se como um elo vital que preserva a rica história da cidade.

Atraídos pela descoberta de ouro em fazendas da região, populações vindas de várias partes do Estado e de outras regiões do País começaram a se fixar em torno do garimpo descoberto na década de 1980. A atividade garimpeira cresceu, trouxe dinheiro, pessoas, mas também, diversos problemas sociais.

Em março de 1981, o Governo Federal elaborou o Projeto Cumaru e, conforme informações disponíveis no Portal do Banco Central do Brasil, alguns órgãos foram convocados a fim de controlar e monitorar as atividades de garimpo na região. O objetivo era acabar com o contrabando de ouro, dar assistência aos garimpeiros e evitar conflitos entre eles e os indígenas da etnia Kayapó. Assim, durante alguns anos, a área foi controlada pelos militares do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI) e pela Polícia Federal.

Em 1991, Cumaru do Norte tornou-se município, desvinculando-se de Ourilândia do Norte. E, em 2023, recebeu a instalação do oitavo PID, passando a contar com um espaço acessível e humanizado, inaugurado em solenidade realizada dia 9 de agosto de 2023.

A desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos participou da programação de forma remota e, ao dirigir-se ao público e autoridades, classificou os PIDs como umas das maiores realizações do TJPA e observou que o Município de Cumaru do Norte se situa a 94 km da Comarca de Redenção, a qual é vinculado, fator que dificulta o acesso da população de Cumaru à Justiça. A presidente do TJPA também lembrou da numerosa população indígena residente no município,

que agora tem a sala do PID a seu dispor e disse sentir-se feliz por mais uma instalação.

Os juizes auxiliares da Presidência do TJPA, Charles Menezes Barros, coordenador do Laboratório Pai d'égua e Sílvio César dos Santos Maria, participaram presencialmente da solenidade, junto a representantes da Prefeitura Municipal de Cumaru do Norte e outras autoridades locais.

Nas palavras do seu coordenador, "O Laboratório de Inovação é composto por um grupo de juizes e servidores com a finalidade de melhorar nossos serviços. E o Projeto Justiça Sem Fronteiras pretende estender o Judiciário a todos os 29 municípios em que não há estrutura do Judiciário, e estamos priorizando essas prefeituras, mas nas discussões do projeto entendemos que mesmo em municípios em que há estrutura podemos colocar mais um PID".

Em Cumaru do Norte, por meio de convênios, a sala do PID conta com a atuação do Tribunal Regional do Trabalho (TRT8) e do Tribunal Regional Eleitoral (TRE do Pará).

A juíza diretora do Fórum de Redenção, Leonila Maria de Melo Medeiros, reafirmou a importância da parceria dos Poderes Judiciário e Executivo na garantia de direitos à população com a instalação das salas, e fez uma interessante definição do PID como sendo "portas de acesso ao sistema de Justiça e de garantias fundamentais".

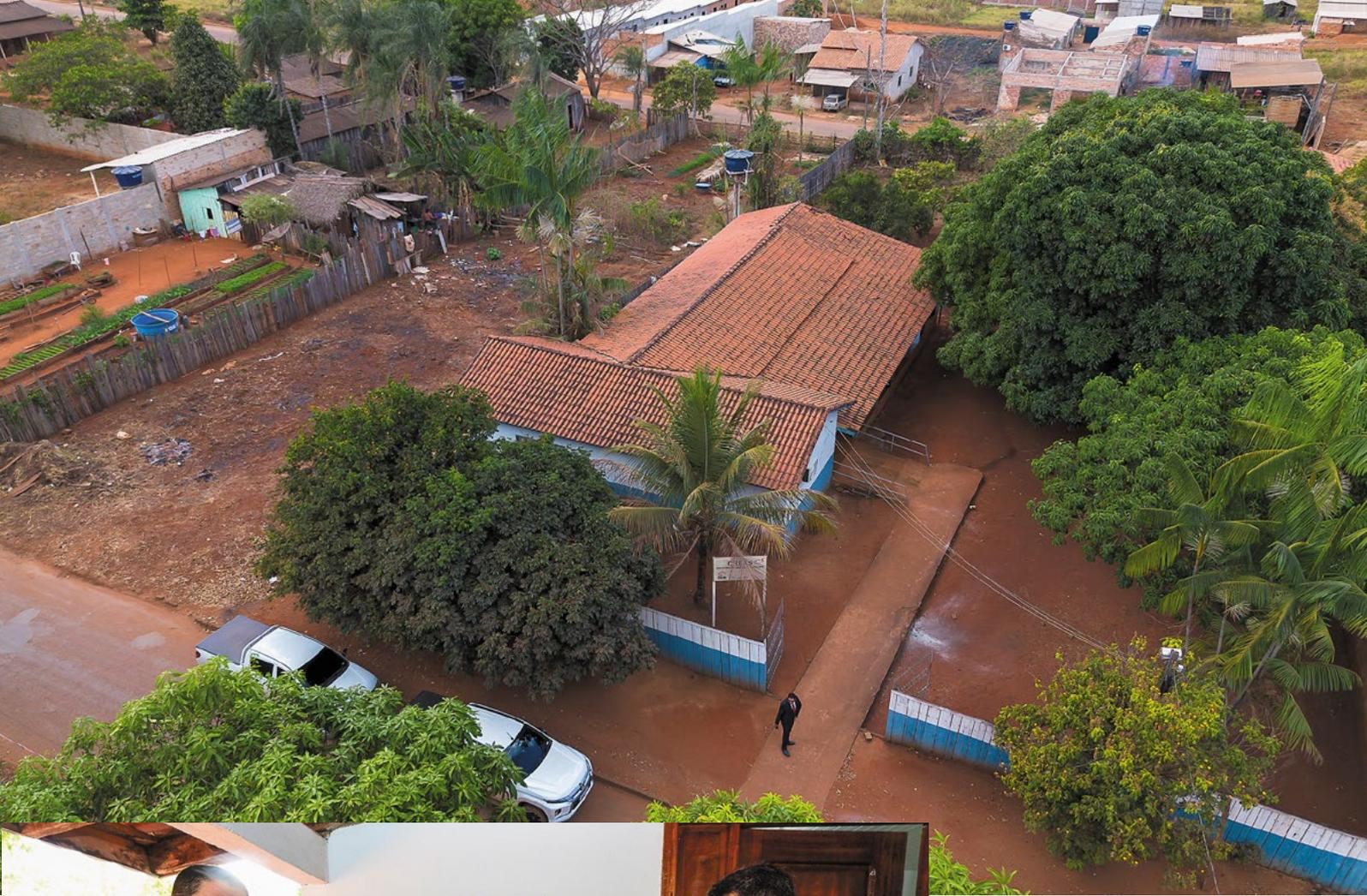
O prefeito de Cumaru do Norte, Célio Marcos Cordeiro, afirmou: "As pessoas vão poder participar de suas audiências aqui mesmo na comunidade. Tenho certeza de que a partir de hoje a população tem uma grande ferramenta nas mãos para ter acesso à Justiça".

Presente à cerimônia, o juiz da Vara Agrária de Redenção, Haroldo Silva da Fonseca afirmou que o PID é um braço que o Judiciário estende a Cumaru do Norte. Afinal, "não existe democracia sem a presença da Justiça e somos os garantidores da Justiça. Este braço vai abraçar as necessidades da população em busca de Justiça diariamente".

A juíza Kátia Parente Sena, membro do Laboratório; o vice-prefeito José Ribamar Silva de Sousa; e o presidente da Câmara Municipal, vereador Fabiano Hermes Aguiar, participaram da solenidade de instalação.

<https://pmcn.pa.gov.br/o-municipio/historia/>. Acesso em: 21 nov. 2023.





CONFIRA AS FOTOS  
DA INAUGURAÇÃO



ASSISTA AO RELATO  
DA JUÍZA  
LEONILA MARIA  
DE MELO MEDEIROS

*“A implantação do Ponto de Inclusão Digital em Cumaru do Norte representou mais que um gesto de aproximação do Judiciário à comunidade. Representou uma medida concreta de fortalecimento do sistema multiportas. A cerimônia de inauguração foi bastante emocionante com a participação da população e apresentação de projetos sociais, o que demonstra que a comunidade abraçou o projeto. Destaco, como ponto forte desse envolvimento da comunidade, a assinatura da ata de instalação do PID pelo cacique da etnia Kaiapó”.*

Juíza Leonila Maria de Melo Medeiros



VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI 

# PID Município de Bannach



- Comarca sede: **Rio Maria**
- Distância da comarca: **59,4 km**
- Tempo de viagem: **1h15**
- Transporte: **Terrestre**



A menor cidade do Estado do Pará tem seu próprio PID.

A história do município começou com uma serraria, situada numa fazenda na região Sudeste do Estado. Isolada, a fazenda pertencia a uma família que mantinha negócios relacionados à indústria madeireira. Pioneira na região, a mesma família também foi responsável pela transformação da área no município que hoje carrega o seu sobrenome: Bannach.

Com pouco mais de quatro mil habitantes, Bannach é a menor cidade do Pará. Desprovida de um Fórum próprio, ela se vincula à Comarca de Rio Maria, que se estende a uma distância de aproximadamente 75 quilômetros. O acesso a esse recanto se faz através de duas estradas não asfaltadas, imprimindo à prestação jurisdicional um desafio peculiar para seus amáveis habitantes.

Em meio aos desafios que a dimensão geográfica paraense impõe, Bannach escreve sua história com simplicidade e resiliência, fazendo do PID não apenas um Ponto de Inclusão Digital, mas um espaço que conecta uma comunidade que floresce à sombra das árvores que outrora alimentaram seus sonhos e empreendimentos. Assim, a menor cidade do Pará, com sua trajetória ímpar, ressalta que, mesmo nas pequenas cidades, há histórias grandiosas a serem contadas.

O nono Ponto de Inclusão Digital (PID) do Estado foi inaugurado em 10 de agosto de 2023 pelo Poder Judiciário do Pará.

A presidente do Tribunal de Justiça do Pará, desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, acompanhou a solenidade da sede do Judiciário do Estado do Pará e agradeceu o apoio das pessoas empenhadas na instalação do PID em Bannach, afirmando que o TJPA está de braços abertos a todos e todas e convocou a população do município a utilizá-lo.

O juiz auxiliar da Presidência do TJPA, Charles Menezes Barros, coordenador do Laboratório de Pai d'égua, participou presencialmente da solenidade, bem como os representantes da Prefeitura de Bannach e outras autoridades locais. Na ocasião, o magistrado afirmou à população presente "em vez de o jurisdicionado ir até

Rio Maria, pode se deslocar até aqui e será bem atendido. Esta inovação é necessária, não tenham medo da inovação, esta sala é de vocês". E como é bom ver a população do município participando das cerimônias de inauguração!

O juiz diretor do Fórum de Rio Maria, Edivaldo Saldanha, também esteve presente à solenidade e acrescentou um aspecto importante na definição do Ponto de Inclusão Digital, afirmando que este ponto também tem a função de inclusão social: "esta comunidade está distante da unidade judiciária e sua importância é a prestação jurisdicional. Nesta sala haverá vários serviços que o Judiciário pode proporcionar, poderemos realizar audiências diversas e assim aproximar o jurisdicionado de Bannach aos serviços que o TJPA pode oferecer e, assim, tornar a Justiça mais próxima do cidadão".

A obrigação do Estado de resguardar direitos da população, entre eles, o acesso à Justiça, foi lembrada pelo magistrado Sílvio César dos Santos Maria, juiz auxiliar da Presidência do TJPA: "o acesso à Justiça começa a ser solidificado neste momento, em que se inaugura o Ponto de Inclusão Digital, voltado a cidadãos que não têm acesso a meios digitais". O magistrado lembrou ainda que a sala do PID conta com a atuação do Tribunal Regional do Trabalho (TRT8) e do Tribunal Regional Eleitoral (TRE do Pará), por meio de convênios.

A prefeita de Bannach, Lucineia Alves, reafirmou a importância da instalação do PID, por meio da parceria com a prefeitura municipal. "Este projeto é muito importante, abraçamos a causa junto ao juiz Edivaldo Saldanha. Somos o menor município do Pará e encontramos dificuldades porque nossa Comarca é Rio Maria e o acesso das pessoas ao Fórum é um pouco difícil. Há algumas pessoas carentes que precisam dos serviços e a comunidade que precisa deste atendimento será recebida. O PID será de grande valia para nosso município".

Participaram da solenidade o juiz Haroldo Silva da Fonseca e a juíza diretora do Fórum de Redenção, Leonila Maria de Melo Medeiros, além do promotor de justiça Franklin Jones Vieira; o vice-prefeito de Bannach José Antônio; a presidente da Câmara Municipal, vereadora Josely Alves Correia; e o conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará Roni Messias. A juíza Kátia Parente Sena, que faz parte do Laboratório de Inovação do TJPA, acompanhou a cerimônia de forma remota.

<https://bannach.pa.gov.br/o-municipio/historia/>. Acesso em: 22 nov. 2023





CONFIRA AS FOTOS  
DA INAUGURAÇÃO



ASSISTA AO RELATO  
DO JUIZ  
EDIVALDO  
SALDANHA SOUSA

*"É com grata satisfação que, em agosto de 2023,  
instalamos o PID de Bannach, que nasceu da necessidade  
do atendimento da comunidade daquele município, distante  
aproximadamente 80 km da sede da Comarca".*

Juiz Edivaldo Saldanha Sousa



VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI 

# PID Município de Aveiro



● Comarca sede: **Itaituba**

Distância da comarca: **141 km**

Tempo de viagem: **3h**

Transporte: **Marítimo** (com pernoite obrigatório pois o barco só passa uma vez ao dia)



Município de Aveiro, carregando o mesmo nome de uma cidade em Portugal, é um testemunho vivo da estreita conexão que se estabeleceu por volta do Século XVI entre nosso Estado e a Coroa portuguesa.

Além disso, dentre os seus tesouros, destaca-se o renomado Distrito de Fordlândia, que emergiu como um colossal projeto agroindustrial voltado à plantação de seringueiras e ao beneficiamento de borracha, às margens do majestoso rio Tapajós. Este ambicioso empreendimento foi financiado por Henry Ford.

No período de 1927 a 1945, a Companhia Ford investiu milhões de dólares em uma visão grandiosa: erguer uma cidade que seria, efetivamente, uma extensão da empresa estadunidense na vastidão da Amazônia. Este capítulo da história de Aveiro é um testemunho da influência global e das iniciativas que moldaram a região ao longo do Século XX.

Na manhã do dia 16 de agosto de 2023, Poder Judiciário do Pará promoveu a instalação do Ponto de Inclusão Digital no Município de Aveiro, que atenderá cerca de 16 mil habitantes.

A presidente do TJPA, desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, lembrou que no final da década de 1970, quando foi juíza de direito, na Comarca de Itaituba, viu de perto a realidade vivida pelo jurisdicionado e “hoje, como presidente do TJPA, sinto-me orgulhosa de instalar o Ponto de Inclusão Digital para propiciar a dignidade necessária à população

de Aveiro, distante 150 quilômetros de Itaituba, e que segue ávida em busca do progresso. Destaco a valiosa parceria entre Prefeitura de Aveiro e o Poder Judiciário do Pará que hoje implementam este PID fortalecendo a nossa democracia.”

Wilson Gonçalves, prefeito de Aveiro, em seu pronunciamento, frisou o momento histórico e agradeceu ao TJPA a parceria e pelo interesse na melhoria do atendimento à população: “depois de tanto sofrimento é momento de evolução, um momento de alegria, de ganho para a população aveirense, pessoas necessitadas que agora não precisam mais passar por todas as dificuldades de longas viagens para ter seus direitos respeitados.”

O juiz auxiliar da Presidência, Sílvio César dos Santos Maria, evidenciou que “o Judiciário identifica as dificuldades que o jurisdicionado está enfrentando para ter acesso aos serviços do Tribunal e promove a possibilidade de inclusão aos excluídos, até então. Qualquer cidadão que tiver sugestões pode e deve buscar no site do TJPA o ambiente do Pai d’égua e lá contribuir com a Justiça”.

Prestigiaram o lançamento do décimo PID, a juíza auxiliar da Presidência, Antonieta Maria Ferrari Miléo; o juiz de direito, Gabriel Veloso de Araújo, diretor do Fórum de Santarém; o juiz do Termo Judiciário de Aveiro, Gustavo Porciúncula Damasceno de Andrade; Geraldo Neves Leite, juiz da 4ª Vara Criminal da Comarca de Belém; a procuradora do município de Aveiro, Alice Gonçalves; Antônio Elídio Silva, presidente da Câmara Municipal de Aveiro; Gilson Colares, presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente; Rosimar Saterê, representante da Comunidade Indígena Saterê Mauê; secretários municipais; além de vereadores e representantes das Polícias Civil e Militar.

A programação foi encerrada com a apresentação do grupo de carimbó local “Meu Aveiro Querido”.

<https://aveiro.pa.gov.br/o-municipio/historia/>. Acesso em: 22 nov. 2023.





CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO



ASSISTA AO RELATO DO JUIZ GUSTAVO PORCIÚNCULA DAMASCENO DE ANDRADE

*“O PID em Aveiro representa uma ação do Tribunal de Justiça do Estado Pará a fim de implementar o acesso à Justiça e uma tutela jurisdicional justa e efetiva, sobretudo, para os mais carentes”.*

Juiz Gustavo Porciúncula Damasceno de Andrade



VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI 

# PID Município de Mojuí dos Campos



- Comarca sede: **Santarém**
- Distância da comarca: **33 km**
- Tempo de viagem: **40 minutos**
- Transporte: **Terrestre**



ocê sabia que existe um município no Estado do Pará que realiza uma grande festa chamada Festa da Integração Nordestina?

A narrativa encantadora de Mojuí dos Campos desdobrou-se em meados de 1914, quando dezenas de famílias nordestinas desembarcaram na região, tecendo os alicerces de um pequeno povoado que se aninhava sob a jurisdição do Município de Santarém. Nesse período, uma severa estiagem assolava o nordeste, provocando um êxodo que encontrou refúgio neste cenário, abençoado por condições de vida mais propícias e terrenos férteis para a lavoura.

O influxo nordestino revela-se tão pulsante que a Festa da Integração Nordestina, uma das celebrações mais emblemáticas do município, irradia sua energia, envolvendo cerca de 80 mil pessoas. O propósito da festividade é resgatar, reverenciar e exaltar a cultura e

as pessoas provenientes do nordeste, cuja contribuição foi vital para o progresso econômico e social de Mojuí dos Campos. É uma ode viva à diversidade e às raízes que fortalecem a identidade única deste município paraense.

Durante a instalação, do PID em 16 de agosto de 2023, Mojuí dos Campos recebeu a visita da desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, presidente do Tribunal de Justiça do Pará, que coordenou a solenidade.

Estiveram ainda presentes a vice-prefeita de Mojuí dos Campos, Antônia Suely da Silva Araújo; o presidente da Câmara Municipal, Francisco Pantoja; Charles Menezes Barros, juiz auxiliar da Presidência e coordenador do Laboratório Pai d'égua de Inovação do TJPA; a juíza auxiliar da Presidência, Antonieta Maria Ferrari Miléo; o juiz auxiliar da Presidência, Sílvio César dos Santos Maria; Gabriel Veloso de Araújo, diretor do Fórum de Santarém; o secretário de Administração do TJPA, Vicente Marques; e demais autoridades civis e militares.

Onde há PID, há dignidade, Justiça e esperança.

<https://www.mojuidoscamos.pa.gov.br/omunicipio.php>

Acesso em: 23 nov. 2023.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/mojui-dos-campos/historico>. Acesso em: 23 nov. 2023.





CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO



ASSISTA AO RELATO DO JUIZ GABRIEL VELOSO DE ARAÚJO

*"Estávamos em Mojuí para inauguração do PID, onde além da presidente, dos juízes e servidores, se encontrava a prefeita em exercício, vereadores, personalidades e a população, que recebera de braços abertos aquele espaço tão necessário para efetivação da Justiça naquele município".*

Juiz Gabriel Veloso de Araújo



VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI 

# PID Município de Belterra



- Comarca sede: **Santarém**
- Distância da comarca: **48,7 km**
- Tempo de viagem: **49 minutos**
- Transporte: **Terrestre**



ã citamos Henry Ford quando falamos sobre o PID Aveiro e agora ele volta à cena. Após o fracasso das plantações de seringa em Fordlândia, causado pelo tipo de terreno que não favoreceu o desenvolvimento dos seringais e também pela infestação de um tipo específico de praga que acabou com a produção das plantações, a Companhia Ford precisou buscar outro lugar para dar continuidade ao projeto.

Várias expedições foram realizadas até encontrar um lugar de solo fértil que ficou conhecido como Bela Terra. Embora este tipo de solo ocorra em toda Amazônia, o solo da região é particularmente rico, as características de relevo também são adequadas para a plantação de seringas e o fácil acesso através do rio para o escoamento da produção viabilizou o andamento do projeto. Bela Terra foi cedida pelo governo brasileiro à Companhia Ford e os primeiros operários foram contratados em 1934. O processo de implantação do projeto de Ford derrubou mais de mil hectares da ve-

getação original do local.

A arquitetura das construções da vila dos operários localizada em Belterra foi inspirada no modelo americano e algumas delas permanecem intactas, pois foram tombadas pelo patrimônio histórico. Apesar de administrar Bela Terra, Henry Ford nunca visitou a localidade, mesmo possuindo uma casa especialmente construída para ele.

A companhia Ford desistiu do seu projeto que estava planejado para durar um século. Belterra foi repossada pelo governo brasileiro em 1945, fazendo parte do Município de Santarém. Somente no dia 28 de dezembro de 1995, Belterra tornou-se um município.

No dia 16 de agosto de 2023, foi instalado o PID Belterra e estiveram presentes à solenidade, a presidente do Tribunal de Justiça do Pará, desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos; Ulisses José Medeiros Alves, prefeito de Belterra; o presidente da Câmara Municipal, Jonas Palheta; Charles Menezes Barros, juiz auxiliar da Presidência e coordenador do Laboratório de Inovação Pai d'égua do TJPA; a juíza auxiliar da Presidência, Antonieta Maria Ferrari Milêo; o juiz auxiliar da Presidência, Sílvio César dos Santos Maria; Gabriel Veloso de Araújo, diretor do Fórum de Santarém; o secretário de Administração do TJPA, Vicente Marques; e demais autoridades civis e militares.

<https://belterra.pa.gov.br/municipio.php>. Acesso: em 25 nov. 2023.





CONFIRA AS FOTOS  
DA INAUGURAÇÃO



ASSISTA AO RELATO  
DA CHEFE DE GABINETE  
DA PRESIDÊNCIA DO TJPA  
JEOVANA RODRIGUES  
MIRANDA

*“É motivo de muita satisfação participar da instalação de mais um Ponto de Inclusão Digital em nosso Estado, que, pela sua grande extensão territorial, torna o acesso aos serviços mais difícil. Isso garante às pessoas cidadania e dignidade para ajuizar e acompanhar suas demandas em um local próximo de sua residência, economizando tempo e custo com o deslocamento”.*

Chefe de Gabinete da Presidência do TJPA, Jeovana Rodrigues Miranda



VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI 

# PID Distrito de Curuai



- Comarca sede: **Santarém**
- Distância da comarca: **109 km**
- Tempo de viagem: **2h30**
- Transporte: **Marítimo**



Distrito de Curuai, situado às margens do deslumbrante Lago Grande, no município de Santarém, desvela uma narrativa fascinante e diversificada que remonta a tempos imemoriais.

Nos primórdios, a região abrigava povos indígenas de diversas etnias como Arapiuns, Aruak, Tapajós e Xipaya, comunidades pacíficas que subsistiam da caça, pesca e cultivo agrícola. No Século XVII, entretanto, com a colonização portuguesa, são estabelecidas fazendas e plantações que resultaram na expulsão e devastação das populações indígenas.

O Século XX marcou um período de notável crescimento econômico e demográfico para Curuai. A população do distrito floresceu, transformando-o em um polo agrícola e comercial. E, em 1938, por meio do decreto da Lei nº 2.972, o Distrito de Curuai oficialmente se consolidou.

Hoje, este distrito ergue-se como um essencial centro administrativo, econômico e cultural na região do Lago Grande. Com aproximadamente 10 mil habitantes, a economia no distrito prospera graças à agricultura, pesca e turismo. A beleza natural da região, composta por praias, rios e florestas exuberantes, é

reconhecida e admirada.

O Distrito de Curuai, encontra-se com processo de emancipação em andamento há 24 anos, tendo sido aprovada a consulta plebiscitária sobre o tema em março de 2022.

Em um capítulo mais recente dessa história vibrante, Curuai recebeu em 17 de agosto de 2023 a instalação do Ponto de Inclusão Digital (PID), um marco que reflete o comprometimento da comunidade em avançar na era da informação, preservando suas raízes e conectando-se ao futuro.

Em um momento repleto de emoção, o distrito teve a honra de receber a visita ilustre da presidente do Tribunal de Justiça do Pará, desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, para concretizar a instalação tão aguardada do PID. Além da presidente do TJPA, estiveram presentes os juízes auxiliares da Presidência Charles Menezes Barros, Antonieta Maria Ferrari Miléo, Sílvio César dos Santos Maria; também prestigiaram o evento o juiz Gabriel Veloso de Araújo, diretor do Fórum de Santarém, e o secretário de Administração do TJPA, Vicente Marques Jr.

O Poder Executivo Municipal foi representado pelo do prefeito de Santarém Nélio Aguiar da Silva e o Poder Legislativo Municipal, pela vereadora Alba Leal.

Além das autoridades mencionadas, o José Maria Tapajós, secretário do Centro Regional de Governo do Oeste do Pará, representou o governador do Pará, Helder Barbalho.

<https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/729/emancipacao-de-curuai-desenvolvimento-ou-disputa-de-narrativas>. Acesso em: 25 nov. 2023





CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO



ASSISTA AO RELATO DO JUIZ SÍLVIO CÉSAR DOS SANTOS MARIA

*"O Projeto Justiça Sem Fronteiras é um dos mais brilhantes que eu já vi dentro do Judiciário. E eu tive o privilégio de participar da instalação deles através dos Pontos de Inclusão Digital".*

Juiz Sílvio César dos Santos Maria, auxiliar da Presidência do TJPA



VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI 

# PID Município de Acará - Comunidade Quilombola Guajará Miri



- Comarca sede: **Acará**
- Distância da comarca: **85,5 km**
- Tempo de viagem: **1h30**
- Transporte: **Terrestre**



nome do Município de Acará advém do rio de mesmo nome. E a palavra Acará vem do tupi e significa “aquele que morde”, em referência ao peixe popularmente chamado de Cará ou Acará, encontrados nos rios de água doce da região.

A região do Acará possui filhos ilustres, com destaque para Júlio César Ribeiro de Sousa, o pioneiro da aviação civil na Amazônia e que batiza o aeroporto internacional de Belém; Batista Campos, forte articulador do movimento da cabanagem; Felipe Patroni, jornalista e criador do jornal da Amazônia e Antonio Manoel de Barros Filho, jogador de futebol, conhecido como Suiço, o primeiro jogador convocado para a seleção brasileira vindo diretamente de um clube paraense.

O Município do Acará é o 4º maior do Estado e possui 32 comunidades quilombolas, sendo 26 delas reconhecidas e outras seis ainda com reconhecimento em andamento.

Foi neste berço ilustre que o TJPA instalou mais um Ponto de Inclusão Digital.

“O que significa o PID? Para mim, significa uma extensão do Judiciário, uma extensão do Juízo do Acará, é uma extensão de toda a Justiça brasileira”. Foi assim que a desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos definiu a essência dos Pontos de Inclusão Digital (PID's), salas acessíveis e humanizadas, voltadas à população que habita locais onde ainda não existem Fóruns. O objetivo é oferecer melhores condições para participação em atos processuais, obtenção de informações sobre processos, e outros serviços.

A presidente do TJPA acompanhou de forma remota a solenidade de inauguração realizada em 31 de agosto de 2023, na Comunidade Quilombola Guajará Miri, localizada no Município do Acará e distante cerca de 80 km da Comarca de Vara Única do Acará, à qual é vinculada.

A instalação da sala do PID em uma comunidade quilombola, que receberá atendimentos de vários órgãos, por meio de parcerias, foi um ponto observado pela magistrada: “muitas famílias serão beneficiadas nos seus direitos, que não se constituem só de processos, podem vir na forma de carteiras de trabalho, ou na forma de títulos de eleitor. É uma felicidade! É a representação da Justiça! É uma representação de outros órgãos, que lhes darão direitos e serão cidadãos bem atendidos”.

Participando presencialmente da solenidade, o juiz auxiliar da Presidência do TJPA, Charles Menezes Barros, coordenador do Lab Pai d'égua, explicou: “a ideia do PID é esta: fazer com que o Judiciário chegue mais próximo das pessoas que mais precisam e este ponto é o primeiro que chega mais próximo das comunidades quilombolas. É um orgulho entregá-lo. Esta sala é de vocês”.

O juiz da Comarca de Vara Única do Acará, Giordano Loureiro Cavalcanti Grilo, disse sentir-se honrado em receber um PID entre os distribuídos no Estado e reafirmou a aproximação entre Judiciário e população local que o ponto oferece.

O prefeito Pedro Paulo Gouveia Moraes afirmou que o PID contribuirá e trará resultados significativos para a vida do povo do Acará, em especial para as comunidades tradicionais. “Fico muito feliz. O Acará vive hoje um sentimento de descobrimento novamente. Ficamos muito honrados com a presença da Justiça, levando luz e acessibilidade, com este instrumento que é o PID”.

Segundo a presidente da Câmara de vereadores, vereadora Claudia Maria Mota, nos últimos anos, a região do Baixo Acará passa por um processo de valorização e de desenvolvimento e o acesso ao Judiciário faz parte deste processo. “Hoje temos o ponto de acesso à Justiça nesta região, e é fundamental para o desenvolvimento do nosso município dar o direito à Justiça a mais de 20 mil pessoas que moram no entorno desta região. Nós que vivemos aqui sabemos que vivemos no meio de pessoas que muitas vezes não têm o dinheiro da passagem para ir até a cidade resolver um problema na Justiça e estas pessoas terão acesso à Justiça e isto é de fundamental importância para toda a população do Acará”.

O evento contou ainda com a participação do secretário de Planejamento, Coordenação e Finanças do TJPA, Miguel Santos; do promotor de Justiça Tiago Takada Pereira; do coronel Vilhena, representando a Polícia Militar do Pará; e do secretário municipal de Administração, Enio Menezes de Oliveira.

O juiz auxiliar da Presidência do TJPA, Sílvio César dos Santos Maria, assim como a juíza Kátia Parente Sena, membro do Laboratório Pai d'égua, acompanharam a solenidade remotamente, bem como a chefe de gabinete da Presidência do TJPA, Jeovana Miranda.

<https://acara.pa.gov.br/o-municipio/historia/>. Acesso em: 26 nov. 2023.

<https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=16226>. Acesso em: 26 nov. 2023.

<http://www.belem.pa.gov.br/ver-belem/detalhe.php?i=1&p=199#:~:text=Ele%20nasceu%20no%20Acar%C3%A1%20em,Prov%C3%ADncia%2C%20S%20lobo%20de%20Sousa>. Acesso em: 26 nov. 2023.

<https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=14883>. Acesso em: 26 nov. 2023.





*“O PID, Ponto de Inclusão Digital, de Acará foi instalado no km 32 da Alça Viária numa sala do Cras Quilombola, onde existe um elevado número de comunidades quilombolas e um grande percentual da população local do município mora na localidade. A população teve acesso, através do PID Acará, a uma maior proximidade com o Poder Judiciário estadual, para realização de audiências e informações sobre processos. Também o local poderá ser objeto de parcerias institucionais para atendimentos de outros Tribunais e de outros órgãos como a Defensoria Pública e o Ministério Público. A população acaraense poderá estar mais próxima e integrada aos serviços judiciais com menores custos de tempo e de deslocamento. A parceria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará com o Município de Acará proporcionou a instalação do PID Acará.”*

Juiz Giordanno Loureiro Cavalcanti Grilo



CONFIRA AS FOTOS  
DA INAUGURAÇÃO



ASSISTA AO RELATO  
DO JUIZ  
GIORDANNO LOUREIRO  
CAVALCANTI GRILO



VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI 

# PID Território Indígena Alto Rio Guamá



- Comarca sede: **Paragominas**
- Distância da comarca: **168 km**
- Tempo de viagem: **3h29**
- Transporte: **Terrestre**

''B

om dia: *zane ku'em*. É muito bom estar com vocês hoje: *ikatu aiko xe kotàri peruramo katu'*.

A saudação em tenetehara, idioma da família linguística tupi-guarani, foi proferida pela presidente do Tribunal de Justiça do Pará, desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, a jurisdicionados e jurisdicionadas indígenas da etnia Tembê, residentes no território indígena Alto Rio Guamá, que abrange 279 mil hectares dos municípios paraenses Santa Luzia do Pará, Nova Esperança do Piriá e Paragominas.

Distante cerca de 150 quilômetros da área urbana de Paragominas, o local recebeu, em 1º de setembro de 2023, uma sala do PID na aldeia Teko Haw.

Com maestria, a presidente do Tribunal de Justiça do Pará, acompanhando a solenidade de forma remota, realçou a relevância da promoção do acesso ao sistema de Justiça para as populações indígenas. Enalteceu o respeito às suas vivências e a oportunidade do Judiciário em dar voz e destaque às suas histórias por meio do PID.

“Vocês poderão buscar seus direitos, resolver questões judiciais sem ter que se deslocar. Muitos jurisdicionados indígenas passarão a dispor das facilidades do acesso à Justiça que antes implicavam grandes deslocamentos”, explicou a presidente.

As parcerias firmadas pelo TJPA com o Ministério Público estadual, Defensoria Pública estadual, Receita Federal, Justiça Federal, Justiça do Trabalho e Justiça Eleitoral também foram lembradas pela presidente. “Todos eles foram reunidos no PID para que cada vez que formos acionados, possamos levar os direitos que vocês têm”.

Os juízes auxiliares da Presidência do TJPA, Charles Menezes Barros, coordenador do Laboratório de Inovação do Poder Judiciário do Pará, e Sílvio César dos Santos Maria, estiveram presentes à cerimônia de instalação.

A chegada do PID até o território indígena da etnia Tembê foi celebrada pelo líder indígena Sérgio Muxi Tembê, assim como a facilitação no acesso aos serviços do Judiciário à comunidade local: “É um prazer e uma satisfação muito grande, nunca pensamos que chegaríamos a ver o que aconteceu hoje. Nós não tínhamos a oportunidade de conversar com um juiz, com uma desembargadora. Para nós é uma satisfação muito grande. Queremos que toda a sociedade tenha o mesmo pensamento de vocês”.

A juíza da 2ª Vara Cível de Paragominas, Mírian Zampier de Rezende, destacou a relação do povo indígena com seu território: “O povo indígena manteve sua cultura, tradições e seus saberes. Por isso, nada poderia trazer mais orgulho e felicidade ao Poder Judiciário que as senhoras e senhores nos permitirem entrar em seu território e fazer parte da vivência comunitária. Esperamos retribuir a generosidade, trazendo a Justiça para mais perto, para que, a partir de hoje, seus direitos sejam protegidos com a maior rapidez e comodidade e que os senhores e senhoras saibam que o sistema de Justiça está aqui para todos que dele precisarem”.

A vice-prefeita de Paragominas, Vera Lúcia Flores da Vera Cruz, disse estar emocionada pela inauguração do PID, acrescentando que a iniciativa deixará um legado relevante para a comunidade indígena quanto ao acesso à Justiça, bem como para a população de Paragominas.

Ao final da cerimônia houve uma apresentação cultural com o grupo Tenetehara que fez uma demonstração de dança típica da etnia Tembê.

A cerimônia contou com a participação do juiz Wander Luiz Bernardo, diretor do Fórum de Paragominas; do juiz federal Domingos Daniel da Conceição Filho; da procuradora da República Natália Pereira, da promotora de justiça Grace Parente; do defensor público Diogo Eluan; e do advogado Tibério Teixeira, representando a Ordem dos Advogados do Brasil.

Acompanharam a solenidade remotamente a juíza Kátia Parente Sena, membro do Laboratório Pai d'égua; a chefe de gabinete da Presidência do TJPA, Jeovana Miranda; e o secretário de Planejamento do TJPA, Miguel Santos.

<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3573>.  
Acesso em: 07 Dez. 2023.





CONFIRA AS FOTOS  
DA INAUGURAÇÃO



ASSISTA AO RELATO  
DA JUÍZA  
MÍRIAN ZAMPIER  
DE REZENDE

*“O Tribunal de Justiça, atendendo às demandas das lideranças indígenas no município de Paragominas por maior acesso à Justiça, juntamente ao Poder Executivo municipal, instalou o primeiro PID, Ponto de Inclusão Digital, dentro de um território indígena em nosso Estado. Isso demonstra mais uma vez o compromisso incessante do nosso Tribunal de Justiça do Estado do Pará, ao longo dos seus 150 anos, em levar a Justiça a todos e todas que dela necessitam.”*

Juíza Mírian Zampier de Rezende



VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI 

# PID Distrito de Camburão



- Comarca sede: **Alenquer**
- Distância da comarca: **40 km**
- Tempo de viagem: **2h**
- Transporte: **Terrestre**



Camburão é um distrito de Alenquer, município paraense localizado nas margens do rio Amazonas.

Em 1758, quando o governador do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendoza Furtado, irmão do Marquês de Pombal, estipulou que os aldeamentos com potencial de se tornarem vilas deveriam adotar o nome de uma vila portuguesa. Foi assim que a cidade de Alenquer foi batizada.

Somente em 10 de junho de 1881, Alenquer foi alçada à categoria de município. Passear pelas ruas de Alenquer é fazer uma jornada pela sua rica trajetória histórica. A cidade testemunhou momentos de próspera atividade econômica, atravessando diferentes ciclos econômicos, como o da borracha, e períodos de expansão na atividade extrativista.

Ao longo de sua história, o município de Alenquer possuiu diversas formações. Atualmente, compõe-se da sede do município e do Distrito de Camburão.

No início, o Distrito de Camburão era uma pequena vila que cresceu com o desenvolvimento da agricultura e da pesca na região. Hoje, o distrito tem uma população estimada em 12 mil habitantes.

Em 25 de setembro de 2023, no Distrito de Camburão, distante cerca de 40 quilômetros do município de Alenquer, região do Baixo Amazonas, houve a cerimônia de instalação do Ponto de Inclusão Digital de

Camburão.

A participação virtual da presidente do TJPA, desembargadora Maria de Nazaré Gouveia, foi marcada por expressivos agradecimentos às valiosas parcerias que tornaram possível a concretização do PID e, além disso, a Presidente destacou: "Estes são os pilares que precisamos para fazer a Justiça. Levando os serviços do Poder Judiciário mais próximos da população. Levando principalmente a dignidade às pessoas vulneráveis, sem condições de levar uma demanda pessoal às autoridades por meio da inclusão digital."

No decorrer do evento, o prefeito de Alenquer, Everton dos Santos Silva, enalteceu a louvável iniciativa do Poder Judiciário do Pará, destacando a relevância dessa ação que respeita a comunidade local e a atuação dos Poderes em prol do bem comum.

O desembargador Leonardo de Noronha Tavares, coordenador dos Juizados Especiais do TJPA; as magistradas Ana Lúcia Bentes Lynch, juíza auxiliar da Coordenadoria-Geral dos Juizados Especiais; Kátia Parente Sena, juíza da 4ª Vara da Fazenda de Belém; e o juiz Gabriel Veloso, diretor do Fórum de Santarém; representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará (OAB-PA); e a Associação dos Notários e Registradores do Pará (Anoreg-PA) também prestigiaram a entrega de uma sala acessível e humanizada, criada para que a população que mora onde ainda não existem Fóruns, tenha acesso a melhores condições para participação de atos processuais e obtenção de informações sobre processos.

Alenquer (PA). In: ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. v. 14. p. 264-268. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_14.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_14.pdf). Acesso em: 20 nov. 2023.

DAMASCENO, Alberto. "Pombal, a modernidade e as origens da reforma de ensino na América Portuguesa e Portugal". Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n° 69, p. 16-32, set. 2016. ISSN: 1676-2584.





CONFIRA AS FOTOS  
DA INAUGURAÇÃO

*“Eu tive a oportunidade de presenciar a instalação de dois PIDs em Alenquer: um no município de Curuá e outro em Camburão. E vi e testemunhei a satisfação da população carente em ter aquela oportunidade da inauguração do PID, onde eles têm acesso, passaram a ter acesso à Justiça, já que moravam em comunidades distantes”.*

Desembargador Leonardo de Noronha Tavares,  
Coordenador dos Juizados Especiais do TJPA  
e Presidente do TJPA no biênio 2019-2021



ASSISTA AO RELATO  
DO DESEMBARGADOR  
LEONARDO DE  
NORONHA TAVARES



VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI 

# PID Município de Curuá



- Comarca sede: **Alenquer**
- Distância da comarca: **187 km**
- Tempo de viagem: **3h57**
- Transporte: **Terrestre**



Que tal conhecer um dos municípios que abriga o maior evento off-road do Norte do País?

Estamos falando de Curuá, localizado no Oeste do Pará e emancipado em 1995. Curuá é uma das sedes da emocionante competição de velocidade e resistência entre carros, motos, quadriciclos e muito mais, realizada em terrenos não pavimentados, como trilhas e caminhos irregulares.

Com mais de 20 anos de história e percorrendo mais de 60 km, o Raid Alenquer-Curuá é um evento que atrai milhares de apaixonados(as) por adrenalina, aventura, velocidade e paisagens deslumbrantes.

Do ponto de partida, os participantes seguem por trilhas na floresta e campos de várzea às margens do rio Amazonas. Durante o período de verão amazônico, o nível do rio diminui, criando áreas encharcadas e cheias de lama, ideais para os pilotos mostrarem suas habilidades.

Foi nesse clima de pura aventura amazônica que Curuá recebeu, em 25 de setembro de 2023, o 17º Ponto de Inclusão Digital do PJPA.

A desembargadora Maria de Nazaré Gouveia foi representada presencialmente no evento pelo desembargador Leonardo de Noronha Tavares, coordenador dos Juizados Especiais do TJPA.

As magistradas Ana Lúcia Bentes Lynch, juíza auxiliar da Coordenadoria-Geral dos Juizados Especiais; Kátia Parente Sena, juíza da 4ª Vara da Fazenda de Belém e integrante do Laboratório de Inovação; e o

juiz Gabriel Veloso, diretor do Fórum de Santarém; representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará (OAB-PA); e a Associação dos Notários e Registradores do Pará (Anoreg-PA) também prestigiaram a programação.

O diretor do Fórum da Comarca de Alenquer, juiz de direito Vilmar Durval Macedo Júnior destacou que a necessidade do PID é antiga e a implantação vem beneficiar a comunidade. O objetivo é a integração de entidades parceiras, aproximando a população do Poder Judiciário: "Agradeço a todos que contribuíram para a concretização deste sonho. Agora é incrementar a difusão da existência desta célula do Poder Judiciário do Pará aqui no município".

Ademilson Vinhote Pereira, presidente da Câmara Municipal de Curuá, enalteceu toda a movimentação para a inauguração que aconteceu: "Agradecemos o empenho daqueles que se preocuparam em atender à população que há tempos vinha desejando esse tratamento efetivo às suas necessidades".

Durante o evento, o prefeito de Curuá, Givanildo Picango Marinho, enalteceu o papel da parceria: "Agradeço primeiro a Deus, em seguida ao diretor do Fórum de Alenquer, aos moradores do município que não acreditaram quando dizíamos que ajudaríamos a tornar esse sonho realidade, agora estamos de mãos dadas com o Poder Judiciário e a população".

Entre as demais autoridades presentes, o secretário municipal de Educação, Marinaldo de Siqueira; o secretário municipal de Finanças, Manoel Olvideo Neto; o secretário municipal de Cultura, Olandilson Glauco; e o secretário municipal de Meio Ambiente, Marcos Martins.

<https://curua.pa.gov.br/historia-do-municipio/> . Acesso em 05 dez. 2023

<https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2022/11/04/raid-alenquer-curua-promete-aventura-e-muita-adrenalina-na-23a-edicao.ghtml> . Acesso em 05 dez. 2023





CONFIRA AS FOTOS  
DA INAUGURAÇÃO

*“O PID Curuá está localizado na cidade de Curuá e faz parte da Comarca de Alenquer desde 2015, também facilitando o acesso do jurisdicionado, sem ter que precisar vir até Alenquer para obter informações processuais e audiências, já que a distância de Curuá para Alenquer é de 187 km.*

*Desde a inauguração até hoje, as salas do PID estão funcionando ‘a todo vapor’, com atendimentos e audiências por videoconferência, inclusive em todos os mandados judiciais da Comarca de Alenquer, desde então, possui a observação no rodapé de que a parte, caso queira, poderá se deslocar em qualquer dos PIDs para as audiências no dia e hora marcados, o que já aconteceu, ou seja, a finalidade do PID está sendo cumprida com maestria”.*

Juiz Vilmar Durval Macedo Junior



ASSISTA AO RELATO  
DO JUIZ  
VILMAR DURVAL  
MACEDO JUNIOR



VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI 

# PID Território Quilombola Cachoeira Porteira



- Comarca sede: **Oriximiná**
- Distância da comarca: **300 km**
- Tempo de viagem: **13h**
- Transporte: **marítimo**

U

ma história de luta pela liberdade. Essa é a história que permeia a instalação do PID Cachoeira Porteira, no Município de Oriximiná.

“Portão de entrada para a liberdade” assim ficou conhecida a cachoeira localizada no encontro dos rios Trombetas e Mapuera.

No período da escravidão, os quilombos se formavam nas margens desses rios, pois eram locais de difícil acesso. Por isso, a cachoeira era um ponto estratégico para que os escravizados fugidos de seus alcoses estivessem protegidos em seus quilombos. Afinal, quem pretendesse alcançar os quilombos precisaria passar por este obstáculo natural, de quase 15 metros de altura. Não à toa, os escravizados que atravessaram a cachoeira deram-lhe o nome de “Porteira”, pois ela era uma porta que separava o mundo da escravidão do mundo da liberdade.

O decorrer dos séculos, porém, converteu o isolamento social, antes escudo protetor, em obstáculo para a garantia dos direitos e liberdades dos moradores da região.

O juiz coordenador do Laboratório Pai d’égua ressaltou que o PID naquela comunidade significava, na

verdade, “Porteira” (e não ponto) de Inclusão Digital, pois se a famosa cachoeira outrora conferiu um portão que se abriu para libertar os escravizados em face de seus feitores, agora a sala inaugurada possibilita a proximidade com o Poder Judiciário e, por consequência, a garantia de que os referidos direitos e liberdades individuais sejam resguardados.

Para a população quilombola, essas águas são fonte de liberdade e de vida. Do rio vem o peixe e água para beber. Vem dele também boa parte da fonte de renda de Cachoeira Porteira, que atrai gente do mundo todo com o turismo de pesca esportiva.

Cachoeira Porteira está a 13 horas de barco e 4 horas e meia de lancha da sede do município de Oriximiná, no Oeste paraense.

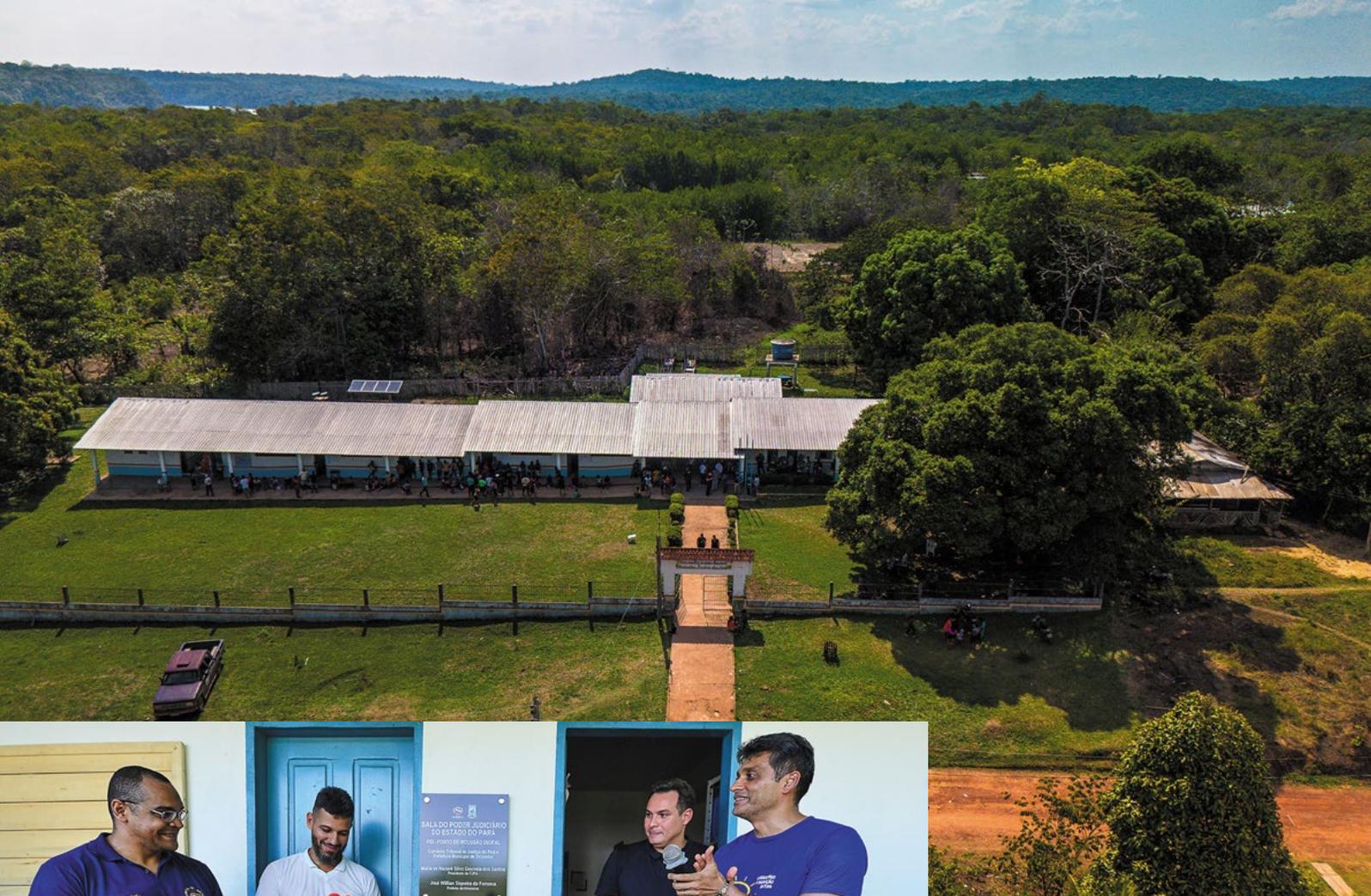
Em 26 de setembro de 2023 foi instalado o PID Cachoeira Porteira, no Alto Trombetas.

Presentes à cerimônia de instalação, o juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Pará e coordenador do Laboratório de Inovação Pai d’égua do TJPA, Charles Menezes Barros; o juiz da Comarca de Oriximiná, José Gomes de Araújo Filho; o prefeito de Oriximiná, José Willian Siqueira da Fonseca; e representantes da Defensoria Pública do Estado do Pará e do Ministério Público do Estado do Pará.

No mesmo dia da instalação foi realizada a primeira audiência de custódia pelo juiz José Filho, confirmando a necessidade, a utilidade e a eficácia do PID para o trabalho dos magistrados e, principalmente, para o atendimento da população.

<https://www.uniamazonia.co/2019/03/11/cachoeira-porteira-resiste/> . Acesso em 06 Dez. 2023





CONFIRA AS FOTOS  
DA INAUGURAÇÃO

*“Situado no Município de Oriximiná, o distrito de Cachoeira Porteira abriga um dos maiores territórios quilombolas da região Norte do País. Quase 20 horas de navegação fluvial separam a área urbana de Cachoeira Porteira, sendo a distância, uma das maiores barreiras do acesso à Justiça aos cidadãos que ali residem. Abraçando o Projeto Justiça Sem fronteiras, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, inauguramos em 26 de setembro de 2023, com o apoio da Prefeitura Municipal o 19º PID, Ponto de Inclusão Digital, garantindo o acesso à Justiça à comunidade local, bem como às inúmeras aldeias indígenas sediadas nas proximidades”.*

Juiz José Gomes de Araújo Filho



ASSISTA AO RELATO  
DO JUIZ  
JOSÉ GOMES  
DE ARAÚJO FILHO



VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI 

# PID Município Brejo Grande do Araguaia



- Comarca sede: **São João do Araguaia**
- Distância da comarca: **72,1 km**
- Tempo de viagem: **1h05**
- Transporte: **Terrestre**



No final da década de 1950, chegam os primeiros habitantes à região que, em 1991, se tornaria o Município de Brejo Grande do Araguaia. Na fronteira com o Estado do Tocantins e a 652,4 quilômetros de distância de Belém, Brejo Grande do Araguaia recebe esse nome em homenagem a um igarapé local, que possui águas frias e cristalinas e está, em sua maior parte, numa brejaria.

O Poder Judiciário do Pará inaugurou no dia 03 de outubro de 2023, a sala do Projeto Justiça Sem Fronteiras em Brejo Grande do Araguaia.

O juiz auxiliar da Presidência, Charles Menezes Barros, exaltou o trabalho da equipe do Laboratório de Inovação do TJPA convocou as lideranças das comunidades onde haja dificuldade de acesso aos serviços do Judiciário paraense, para a formalização de parcerias que resultem na concretização do projeto: "Agradeço ao prefeito que contribuiu e muito para a instalação do PID, ao juiz Luciano Scaliza da Comarca de São João do Araguaia, que também trabalhou para a instalação de uma sala que pode parecer pequena para uns, mas possui dimensão enorme para muitos". O juiz auxiliar da Presidência, Sílvio César dos Santos Maria, também participou da cerimônia.

O diretor do Fórum da Comarca de São João do Ara-

guaia, Luciano Mendes Scaliza afirmou: "Graças à tecnologia estamos trazendo o cidadão para mais perto do Judiciário."

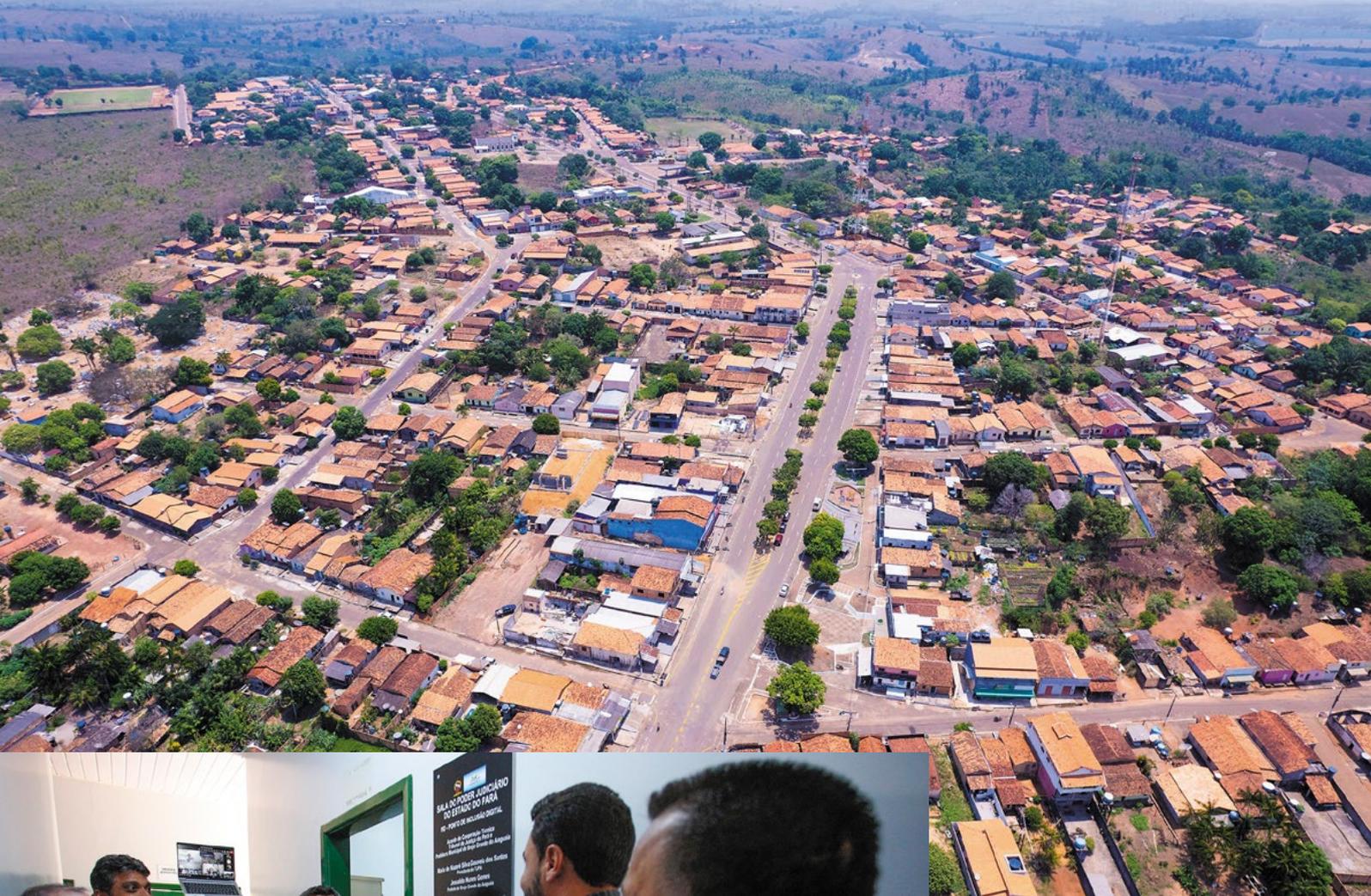
O vereador Geovani Lopes da Silva, presidente da Câmara de vereadores, e o prefeito de Brejo Grande do Araguaia, Jesualdo Nunes Gomes, mostraram-se felizes e gratos pela iniciativa. Segundo o prefeito, "Estamos em um Estado com dimensões continentais e a inclusão digital facilita muitas coisas. A partir de hoje, vamos fazer o trabalho de divulgação desta ferramenta muito importante para nosso município."

A presidente do TJPA, desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, acompanhou virtualmente a cerimônia e fez questão de destacar o esforço do Poder Judiciário em ampliar a prestação jurisdicional no Pará. Ela frisou o prazer em ter representantes do Executivo e Legislativo municipais, além do Judiciário, juntos prestigiando a cerimônia: "A partir desse trabalho, os jurisdicionados que têm processos na Comarca, podem consultar os andamentos de forma on-line sem a necessidade de grandes deslocamentos. Para aprimorar ainda mais este trabalho, estamos nos unindo ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE do Pará), ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8) e à Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE) para levar a Justiça aos rincões do Pará".

O PID é o palco onde a esperança se traduz em ações, onde a cidadania não é apenas proclamada, mas vivida diariamente por aqueles que, através desse espaço, descobrem a força transformadora da inclusão digital.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/brejo-grande-do-araguaia/historico> . Acesso em: 06 dez. 2023.





CONFIRA AS FOTOS  
DA INAUGURAÇÃO

*“O Ponto de Inclusão Digital permitiu que os jurisdicionados pudessem ter um acesso mais estreito ao Poder Judiciário. Com isso, ficaram mais próximos do juiz, mais próximos do promotor e dos advogados. A diminuição dos custos ajudou-os a participar das audiências, protocolar documentos, realizar apresentações a Juízo e cumprir as obrigações decorrentes de transações penais. A sala poderá ser utilizada também por outros Tribunais e órgãos da Administração Pública, em uma estrutura unificada com o objetivo de promover a Justiça ampla e solidária a todos que necessitem.”*

Juiz Luciano Mendes Scaliza



ASSISTA AO RELATO  
DO JUIZ  
LUCIANO MENDES  
SCALIZA



VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI 

# PID Município de Bom Jesus do Tocantins



- Comarca sede: **Marabá**
- Distância da comarca: **76,9 km**
- Tempo de viagem: **1h11**
- Transporte: **Terrestre**



o coração do Município de Bom Jesus do Tocantins, surge o pioneiro Gavião Kyikatejê Futebol Clube, o primeiro time profissional de futebol de um povo indígena. Os Gaviões, integrantes da etnia Gavião que ancestralmente reside na região, encontram seu lar na Reserva Mãe Maria, situada a cerca de 40 km da sede do município.

Em 1988, foi criado o município de Bom Jesus do Tocantins que recebeu a denominação de “Bom Jesus”, porque os moradores mais antigos consideravam ser este um nome significativo, por carregar o “nome do filho de Deus”. Em função desta homenagem, no dia 6 de agosto comemora-se a festa do padroeiro da cidade, o Senhor Bom Jesus. Por sua vez, o último nome, Tocantins, refere-se ao rio que se localiza ao sul do município.

No dia 04 de outubro de 2023, foi instalado o PID Bom Jesus do Tocantins que contou com a presença do juiz auxiliar da Presidência e coordenador do Laboratório de Inovação Pai d’égua do TJPA, Charles Menezes Barros e o juiz auxiliar da Presidência, Sílvio César dos Santos Maria. O juiz de direito Geraldo Leite, membro do Laboratório Pai d’égua, também participou virtualmente da cerimônia.

A juíza de direito Adriana Tristão, diretora do Fórum da Comarca de Marabá, também esteve em Bom Jesus e prestigiou a instalação. A magistrada expressou seu entusiasmo: “Fiquei encantada com o projeto, pois até

hoje tínhamos dificuldades em localizar as partes por conta das grandes distâncias, muitos acabavam até perdendo a audiência. Esse deslocamento já não será mais necessário, pois esta sala é a extensão do Fórum de Marabá. O que vocês teriam de resolver lá, será resolvido aqui. A excelência será dada por vocês com suas opiniões, reclamações e sugestões.”

O vereador Francisco Costa, representante da Câmara Municipal, elogiou a iniciativa do TJPA e da Prefeitura: “É um presente! Quantas vezes nos deslocamos até Marabá para resolver as demandas? Agora temos a Justiça praticamente dentro da nossa casa.”

João da Cunha Rocha, prefeito de Bom Jesus do Tocantins, agradeceu ao Judiciário pela realidade que se concretiza. “Muitas pessoas me cobravam um Fórum em Bom Jesus e agora com o uso da tecnologia, apenas uma pequena sala tem proporções gigantescas.”

A presidente do TJPA, desembargadora Maria de Nazaré Gouveia, abordou diversos aspectos durante a manifestação: “A união faz a força. Com a ajuda do Executivo e Legislativo locais, nós do Judiciário, estamos tornando realidade esse projeto. São informações e orientações sobre andamento dos processos, importantes para que não sejam perdidos os prazos. Entre as parcerias, o TRT8 atuará no combate ao trabalho análogo à escravidão. O TRE do Pará com expedição de documentos como título de eleitor para que a população seja atendida da melhor maneira. A Justiça não se faz só com o Judiciário. Precisamos de parcerias para evoluir ainda mais. O PID é um projeto nosso que apoio integralmente, pois muito me alegra levar a prestação jurisdicional aos locais mais distantes, desde os tempos em que eu era juíza. Em Bom Jesus não teremos mais essas dificuldades. Chegaremos em todos os municípios”.

<https://bomjesusdotocantins.pa.gov.br/o-municipio/historia/>  
Acesso em: 07 dez. 2023.





CONFIRA AS FOTOS  
DA INAUGURAÇÃO



ASSISTA AO RELATO  
DA JUÍZA  
ADRIANA DIVINA  
DA COSTA TRISTÃO

*“Não poderia deixar de registrar a presença marcante do youtuber Cleo Abreu, conhecido por Will, do ‘Jornal Pião’, que sendo PCD, demonstrou satisfação com a instalação do PID, pela acessibilidade à Justiça. Em outras palavras, a distância que dificulta a inclusão de pessoas com deficiência foi rompida.”*

Juíza Adriana Divina da Costa Tristão



VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI 

# PID Município de Nova Ipixuna



- Comarca sede: **Marabá**
- Distância da comarca: **59,1 km**
- Tempo de viagem: **1h04**
- Transporte: **Terrestre**



Situada em um cenário deslumbrante, Nova Ipixuna é abençoada com mais de uma centena de cachoeiras que embelezam seu território. Cada queda d'água é como uma obra de arte da natureza, esculpida ao longo do tempo, dançando entre as pedras e criando um espetáculo visual e sonoro que encanta a todos que a contemplam.

Nova Ipixuna surgiu a partir das modificações ocorridas em decorrência da construção da Hidrelétrica de Tucuruí e da formação do lago do represamento que culminou no alagamento da velha Ipixuna localizada no rio Tocantins. Por esse motivo, a mudança da população para outro local foi necessária para que fosse possível recomeçar sua vida.

Às margens do igarapé Encantado, na região sudeste do Pará, estabeleceu-se a comunidade de Nova Ipixuna, que em 1977 se tornaria vila e, em 1993, tornou-se município.

A população do município de Nova Ipixuna participou da inauguração do Ponto de Inclusão Digital, no

município, dia 04 de outubro de 2023.

Presentes à cerimônia, o juiz auxiliar da Presidência e coordenador do Laboratório de Inovação Pai d'égua do TJPA, Charles Menezes Barros, o juiz auxiliar da Presidência, Sílvio César dos Santos Maria que, em nome da Presidência, falou sobre a dimensão que as instalações dos PID's estão tomando: "Com esta já são mais de vinte salas inauguradas e não paramos por aqui. Outras tantas virão. Logo, logo estaremos em todo o Pará". A juíza de Direito Adriana Tristão, diretora do Fórum da Comarca de Marabá também prestigiou o evento.

O coordenador do Laboratório de Inovação Pai d'égua, Charles Menezes Barros, mais uma vez agradeceu a parceria firmada pelo Poder Judiciário com a prefeitura municipal e o empenho da gestora, Maria da Graça Medeiros Matos, para que a população tivesse acesso à prestação jurisdicional com maior conforto e agilidade.

O presidente da Câmara Municipal de Nova Ipixuna, Eduardo Rodrigues da Silva, representou o Executivo municipal, na solenidade e fez questão de destacar a relevância da parceria: "A instalação desta sala terá uma importância muito grande para nossos munícipes, tendo em vista que eles tinham de se deslocar até Marabá, percorrendo longas distâncias e gastando muitas das vezes o que não tinham para gastar. A instalação desta sala com certeza vai ajudar muito."

<https://camaranovaipixuna.pa.gov.br/o-municipio/> Acesso em 07 dez. 2023.





CONFIRA AS FOTOS  
DA INAUGURAÇÃO



ASSISTA AO RELATO  
DO JUIZ SÍLVIO  
CÉSAR DOS  
SANTOS MARIA

*" (...) E nesses municípios por onde eu passei na instalação desses PIDs, eu pude verificar o brilho, a emoção, daquela comunidade ao receber e sentir de perto o Judiciário paraense. É a efetivação própria do acesso à Justiça, e não somente do acesso à Justiça, mas o acesso ao Poder Judiciário".*

Juiz Sílvio César dos Santos Maria,  
auxiliar da Presidência do TJPA



VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI 

# PID Vila Cruzeiro do Sul



- Comarca sede: **Itupiranga**
- Distância da comarca: **176 km**
- Tempo de viagem: **4h10**
- Transporte: **Terrestre**



e acordo com pesquisa feita pelo professor de História da Universidade Federal do Pará, Horleandro Sousa, e divulgada em maio de 2016, os primeiros habitantes da Vila Cruzeiro do Sul começaram a chegar ao local em 1974, e depois mais intensamente nas décadas de 1980 e 1990 vindo do Maranhão, Piauí, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Bahia.

Segundo o estudo, todos migraram para a vila em

busca de terra para produzir e alguns atrás de emprego na serraria dos Irmãos Carneiro, que existia no local. A Serraria, em seu auge, chegou a ter 650 funcionários, mas encerrou suas atividades em 2005.

A Vila Cruzeiro do Sul, na ocasião de sua ocupação, era chamada de Quatro Bocas, por ficar localizada em quatro vicinais formando uma rotatória de estradas e, ao centro começaram a ser erguidas as primeiras casas. Com o passar do tempo, o nome da vila, mantendo a mesma lógica, recebeu a atual denominação.

No dia 05 de outubro de 2023, foi instalado o PID Cruzeiro do Sul, com as presenças dos juízes auxiliares da Presidência do TJPA, Charles Menezes Barros e Sílvio Cesar Maria.

Barreira, Horleandro Souza, 2014. Migração, economia e sociedade na vila Cruzeiro do Sul de 1990 a 2013 no município de Itupiranga-PA. <https://pt.slideshare.net/horleandrosouzabarreira/tcc-de-horleandro-souza-barreira>. Acesso: 10 dez. 2023.





CONFIRA AS FOTOS  
DA INAUGURAÇÃO



ASSISTA AO RELATO  
DA JUÍZA  
ALESSANDRA ROCHA  
DA SILVA SOUZA

*“Hoje, estamos realizando na Comarca um júri em que os fatos se deram na Vila Cruzeiro do Sul e as testemunhas serão ouvidas pelo PID, o que em outros tempos seria difícilimo, ante o período de chuvas e o grande dispêndio financeiro para deslocamento dessas pessoas”.*

Juíza Alessandra Rocha da Silva Souza



VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI 

# PID Município de Terra Alta



- Comarca sede: **Curuçá**
- Distância da comarca: **35,5 km**
- Tempo de viagem: **39 minutos**
- Transporte: **Terrestre**



As margens do braço esquerdo do Rio Marapanim, Terra Alta desponta como um pequeno município que carrega consigo as raízes de famílias comerciantes que, ao longo do tempo, moldaram suas histórias nas bordas desse rio.

Os primeiros habitantes, provenientes tanto do Pará quanto do nordeste brasileiro, encontraram nas águas navegáveis do rio a principal via de transporte. A Vila cresceu, testemunhando em 1927 a construção da primeira igreja, a Nossa Senhora do Livramento, feita com a robustez da madeira de lei.

Um marco histórico crucial para a expansão de Terra Alta foi a construção da Rodovia PA-136, conectando Castanhal a Curuçá. A mudança do transporte fluvial para o rodoviário, estratégia do regime militar a partir de 1960, desempenhou um papel significativo na transformação da dinâmica regional. Essa transição não apenas alterou o fluxo de pessoas e mercadorias, mas também promoveu a miscigenação, moldando uma população diversificada.

A rodovia, então, tornou-se o elo vital entre Terra Alta e outros municípios, facilitando o escoamento da produção e alimentando o fluxo migratório. Hoje, Terra Alta, com sua população estimada em 10.580 habitantes, segundo dados do IBGE, é um retrato da força, diversidade e perseverança que caracterizam o povo paraense.

Localizado no nordeste do Pará, Terra Alta recebe, em 20 de outubro de 2023, o seu Ponto de Inclusão Digital.

A presidente do Tribunal de Justiça do Pará, desem-

bargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, disse sentir-se muito alegre com a instalação, apontou que os avanços tecnológicos favorecem o encurtamento de distâncias entre jurisdicionados(as) e Judiciário e ressaltou os benefícios que o PID traz à população de Terra Alta, referindo-se ao PID como uma extensão do Fórum: “A partir de agora, a comunidade de Terra Alta não precisará se deslocar mais até Curuçá, muitas vezes, sem condições de pagar uma passagem e, às vezes, em condições climáticas que dificultam o deslocamento. No PID, temos toda infraestrutura para atender aos jurisdicionados que chegarem até lá para uma audiência, ou para saberem de um processo em qualquer estado da federação”, explicou.

O juiz Charles Menezes Barros comemorou mais uma inauguração e reforçou a inclusão social que o PID propicia à população. “É uma alegria muito grande! Às vezes passamos muito tempo em gabinete e poder sair e trazer o PID para a comunidade, é uma novidade boa, para que ela possa ter acesso ao Judiciário”.

O juiz José Maria Campos, diretor do Fórum de Curuçá, afirmou que o PID encurta a distância entre a população de Terra Alta e a sede da Comarca e agradeceu a instalação.

O prefeito de Terra Alta, Elinaldo Matos da Silva, considerou a inauguração um avanço promovido na gestão da desembargadora Nazaré Gouveia e se colocou à disposição para apoiar eventuais parcerias com a gestão do TJPA.

O evento contou com as presenças do juiz auxiliar da Presidência do TJPA, Sílvio César dos Santos Maria; do prefeito de Curuçá, Jefferson Miranda; do presidente da Câmara Municipal de Terra Alta, vereador Doriedson Duarte; do procurador-geral do município, Manuel Machado; do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)- Subseção Castanhal, Brandon Piedade; e da defensora pública Alda Aline.

<https://terraalta.pa.gov.br/o-municipio/historia/> Acesso em: 10 dez. 2023





CONFIRA AS FOTOS  
DA INAUGURAÇÃO



ASSISTA AO RELATO  
DO JUIZ  
JOSÉ MARIA PEREIRA  
CAMPOS E SILVA

*"(...) O PID foi um projeto concretizado pelo TIPA e hoje uma realidade, beneficiando inúmeros jurisdicionados, cujo objetivo é trazê-los para perto da Justiça, a fim de analisar e julgar aquele direito pretendido pelo mesmo".*

Juiz José Maria Pereira Campos e Silva



VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI 

# PID Município de Cachoeira do Piriá



- Comarca sede: **Santa Luzia do Pará**
- Distância da comarca: **49 km**
- Tempo de viagem: **42 minutos**
- Transporte: **Terrestre**



As margens da BR-316, onde o verde exuberante da Amazônia se estende até o horizonte, encontramos Cachoeira do Piriá, o último suspiro paraense antes das fronteiras maranhenses. O termo Piriá faz referência ao rio Piriá que corta o município e que anteriormente se chama Cachoeira do Garimpo.

O início do povoado se deu com a chegada de garimpeiros que, seduzidos pela promessa de riquezas, encontraram abrigo e labutaram nos ricos solos da região. Foi nesse contexto efervescente que a comunidade começou a escrever suas próprias páginas, moldando sua história e tendo como testemunha o Piriá.

É nesta paisagem notável do Nordeste paraense que o Poder Judiciário do Pará celebra um marco importante: a inauguração de mais um Ponto de Inclusão Digital (PID), no dia 21 de outubro de 2023.

Antes da instalação do PID, a comunidade enfrentava uma jornada de 49 km até o Fórum da Comarca de Santa Luzia do Pará para realizar atos processuais. Agora, o PID

surge como um espaço humanizado e estruturado, concebido para tornar a participação da comunidade em atos processuais algo simplificado e inclusivo. Audiências, depoimentos e interações com as Varas se tornaram acessíveis, trazendo consigo a promessa de uma Justiça mais próxima. Além disso, através do PID, é possível a realização de atendimento por meio de Balcão Virtual, instituído pela Resolução do CNJ n° 372/2021.

O evento contou com as presenças dos juízes auxiliares da Presidência do TJPA, Sílvio César dos Santos Maria e Charles Menezes Barros, bem como do juiz diretor do Fórum de Santa Luzia do Pará, Ítalo Tavares Nicácio; do procurador do município de Cachoeira do Piriá, João Batista Cabral Coelho, que no ato representou o prefeito Raimundo Nonato Alencar Machado; da secretária municipal de assistência social Vitória Vale; do advogado do CREAS Rudá Souza; da secretária de educação municipal Rosicarmen Barbosa; e do delegado de Polícia Jasson Ítalo Costa Barros dos Santos.

Cachoeira do Piriá, além de ganhar um PID, recebeu um elo entre seus habitantes e a busca por seus direitos. Este não é apenas mais um espaço digital; é um símbolo do comprometimento do Judiciário em ultrapassar fronteiras, superar distâncias e oferecer Justiça que, assim como os rios que cortam a Amazônia, flui para todos, alcançando cada recanto do nosso Pará.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/cachoeira-do-piria/historico> . Acesso em 12 dez. 2023.

<https://cachoeiradopiria.pa.gov.br/o-municipio/historia/> Acesso em 10 dez. 2023.





CONFIRA AS FOTOS DA INAUGURAÇÃO



ASSISTA AO RELATO DO JUIZ ÍTALO GUSTAVO TAVARES NICÁCIO

*"O projeto de inclusão digital veio para revolucionar o acesso à Justiça, trazer mais dignidade e, principalmente, trazer a presença do Poder Judiciário paraense àqueles locais de difícil acesso."*

Juiz Ítalo Gustavo Tavares Nicácio



VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI 



# Conheça mais sobre o desenvolvimento do Projeto Justiça Sem Fronteiras



Projeto Justiça Sem Fronteiras foi desenvolvido por meio da metodologia do Design Thinking, utilizando a ferramenta Miro.

O Design Thinking possui 4 etapas, sendo elas: Imersão, Ideação, Prototipação, Implementação. Seguindo a metodologia, a Fase de Imersão foi realizada entre os dias 29 de junho e 03 de julho de 2022, sendo elaborado o mapa de empatia a fim de identificar como os usuários dos serviços agem, o que eles falam, como eles pensam e o que eles sentem.

Veja como foi o desenvolvimento do Projeto Justiça Sem Fronteiras utilizando o Design Thinking:

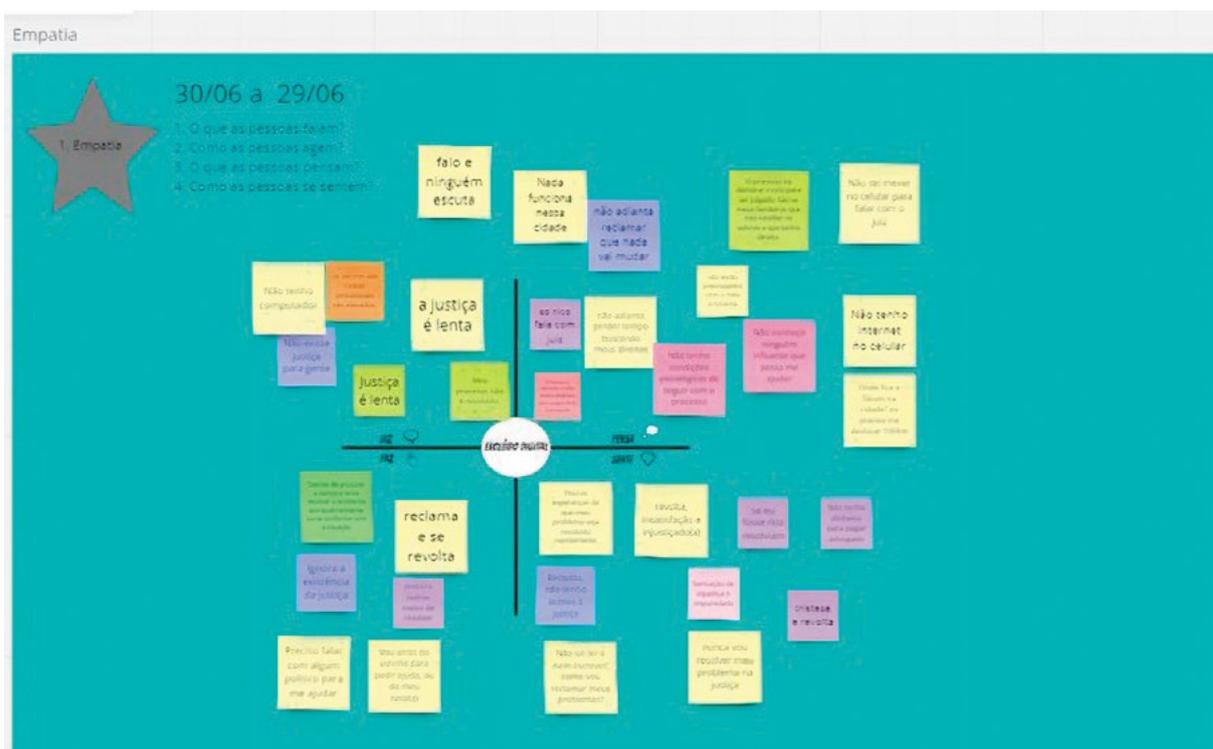
## Empatia

É imprescindível colocar-se no lugar daquele a quem o serviço é prestado a fim de compreender as

angústias e desenvolver habilidades capazes de transformar o status quo e de fato fazer melhorias.

Neste sentido, é preciso considerar as peculiaridades do Estado do Pará, um estado com dimensões continentais e com uma rede de transportes de que se utiliza precipuamente de embarcações fluviais e da malha rodoviária.

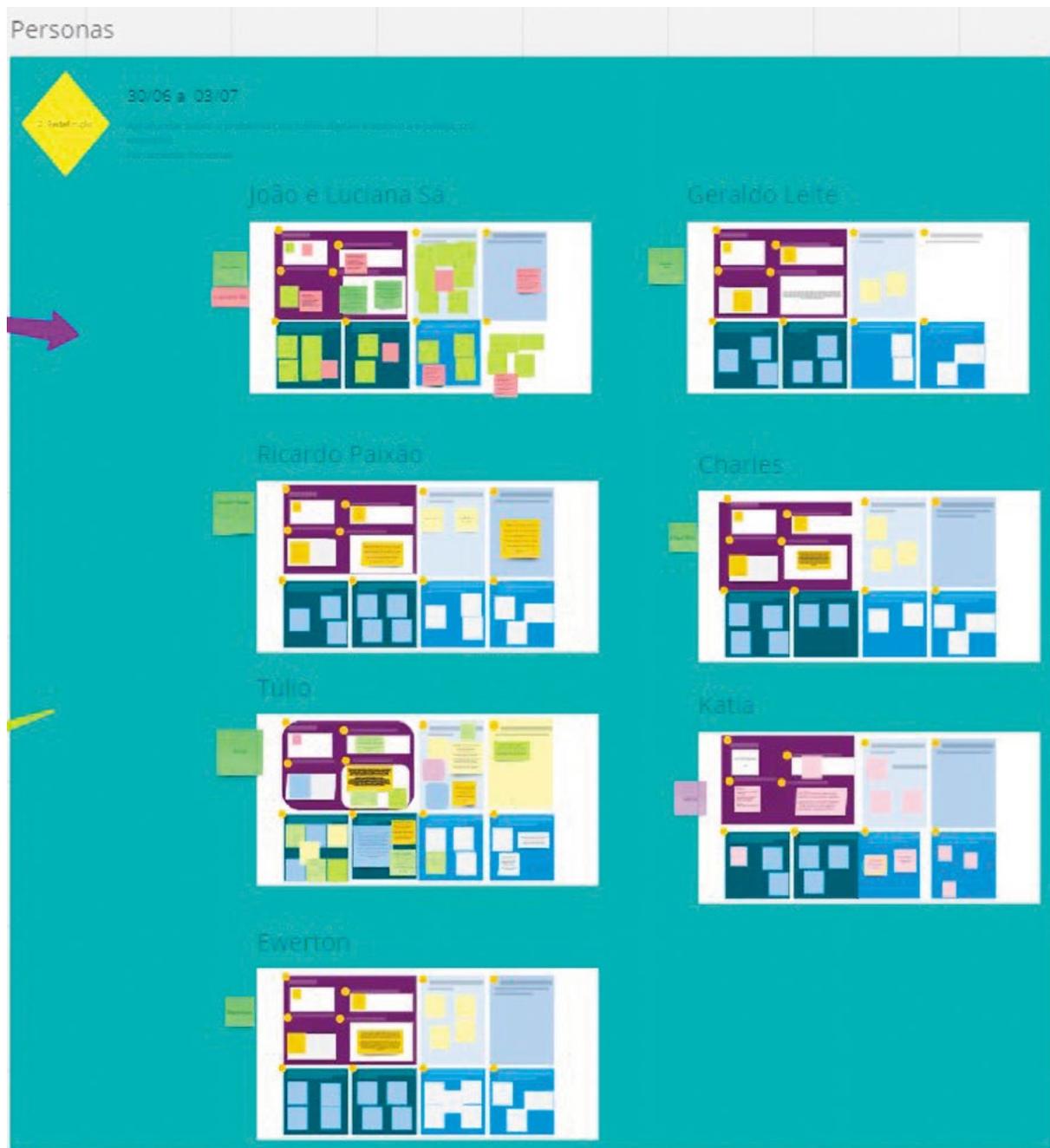
Além disso, o Estado do Pará possui um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano do Brasil, ou seja, um dos piores índices de desenvolvimento econômico e de qualidade de vida. Diante disso, faz-se fundamental entender que os deslocamentos em grandes distâncias podem ser empecilhos para o exercício de sua cidadania e de seus direitos. E é nesse aspecto que a implantação de PIDs promove o acesso à justiça aos excluídos digitais, bem como contribui para o exercício efetivo de seus direitos.



[VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI](#)

## Imersão

Fase de aprofundamento no problema a ser resolvido, utilizando a ferramenta Personas.



## Ideação

A Fase de Ideação, realizada entre os dias 08 e 20 de julho de 2022, utilizou a ferramenta “Como Poderia-

mos...?” para encontrar meios de alcançar os excluídos digitais de maneira simples e sem maiores impactos no orçamento do TJPA.

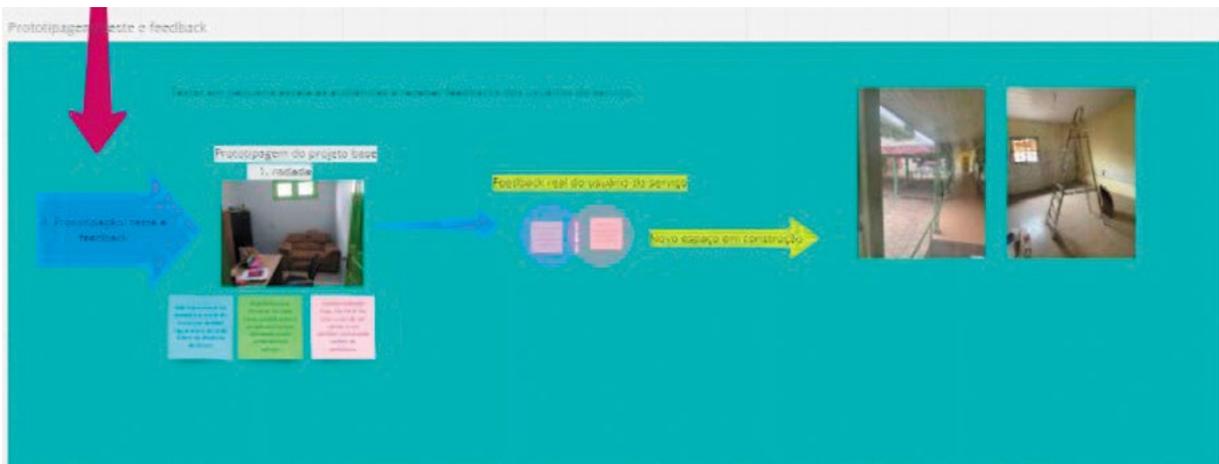




## Prototipação

Na Fase de Prototipação foi realizado teste, em

pequena escala, para a realização de audiências, bem como foi recebido o feedback dos usuários do serviço.



## Implementação

Na Fase de Implementação, instalamos o primeiro PID.

Em 2022 foi instalado o primeiro Ponto de Inclusão Digital pelo Poder Judiciário do Estado do Pará, o PID Abel Figueiredo.

Abel Figueiredo é um município do Pará que está lo-

calizado a cerca de 42,6 km do fórum da comarca que o atende, qual seja, o município de Rondon do Pará.

Abaixo, temos imagem do leiaute da sala, logomarca do TJPA, logomarca do projeto e protótipo da placa identificadora do projeto, replicada em todos os PIDs do PJPA.





Cumpra ressaltar que esta solução de inovação vai ao encontro dos princípios e definições da Meta 9 do Poder Judiciário, que por sua vez é alinhada à agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), a qual visa a “estimular a inovação no Poder Judiciário com a implantação de projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), da Agenda 2030”.

Quanto ao aspecto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a implantação dos PIDs cumpre funções importantes nas ODS a seguir descritos:

- a) ODS 10 - Redução das desigualdades: reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
- b) ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
- c) ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.





VOLTE AO MAPA INTERATIVO DO PID AQUI 

# Referências Bibliográficas

Barata, P. A.; Barata, R. Porto Caribe. Intérprete Lucinha Bastos. Álbum: Lucinha Bastos Canta Amazônia. Gravadora Independente, 1998.

Música: Castelo de sonhos. Autores: Walter Basso e Zé Maria. Álbum: Walter Basso. 1972.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). <https://cidades.ibge.gov.br>. Acessado em 29 nov. 2023.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/abel-figueiredo/historico>. Acessado em 13 nov. 2023.

Mesquita, Thiago Broni de; Fontes, Edilza Joana Oliveira. Na fronteira amazônica: Abel Figueiredo e as memórias de uma ditadura na floresta. Revista Eletrônica da ANPHLAC, São Paulo, v. 16, n. 16, p. 155-185, jan./jul. 2014. ISSN 1679-1061. Disponível em: <http://revista.anphlac.org.br>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SCHAAN, Denise Pahl.; MARTINS, Cristiane. P.; PORTAL, Vera L. M. Patrimônio arqueológico do Marajó dos Campos. In: SCHAAAN, D. P.; MARTINS, C. P. (Org.) Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia marajoara. Belém: GKNoronha, 2010. Disponível em: [[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivArq\\_MuitoAlemCampos\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivArq_MuitoAlemCampos_m.pdf)]. Acesso em: 09 nov. 2023.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santa-cruz-do-arari/historico>. Acesso em: 09 nov. 2023.

<https://trairao.pa.gov.br/o-municipio/historia/>. Acessado em: 14 nov. 2023.

SCHAAN, Denise Pahl.; MARTINS, Cristiane. P.; PORTAL, Vera L. M. Patrimônio arqueológico do Marajó dos Campos. In: SCHAAAN, D. P.; MARTINS, C. P. (Org.) Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia marajoara. Belém: GKNoronha, 2010. Disponível em: [[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivArq\\_MuitoAlemCampos\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivArq_MuitoAlemCampos_m.pdf)]. Acesso em: 09 nov. 2023.

<https://www.sfxingu.pa.gov.br/?s=taboca>. Acessado em 17 nov. 2023.

<https://paudarco.pa.gov.br/o-municipio/historia/>. Acessado em 17 nov. 2023.

<https://www.santamariadasbarreiras.pa.gov.br/o-municipio.html>. Acessado em 21 nov. 2023.

<https://pmcn.pa.gov.br/o-municipio/historia/>. Acessado em 21 nov. 2023.

<https://bannach.pa.gov.br/o-municipio/historia/>. Acessado em 22 nov. 2023

<https://aveiro.pa.gov.br/o-municipio/historia/>. Acessado em 22 nov. 2023.

<https://www.mojuidosc campos.pa.gov.br/omunicipio.php>. Acessado em 23 nov. 2023.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/mojui-dos-campos/historico>. Acessado em 23 nov. 2023.

<https://belterra.pa.gov.br/municipio.php>. Acessado em 25 nov. 2023.

<https://www.tapajosdefato.com.br/noticia/729/emancipacao-de-curuai-desenvolvimento-ou-disputa-de-narrativas>. Acessado em 25 nov. 2023

<https://acara.pa.gov.br/o-municipio/historia/>. Acessado em 26 nov. 2023.

<https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=16226>. Acesso em: 26 nov. 2023.

<http://www.belem.pa.gov.br/ver-belem/detalhe.php?i=1&p=199#:~:text=Ele%20nasceu%20no%20Acar%C3%A1%20em,Prov%C3%ADncia%2C%20Sr%20lobo%20de%20Sousa>. Acesso em: 26 nov. 2023.



[https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/ autores/?id=14883](https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=14883). Acesso em: 26 nov. 2023.

[https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ pa-povos-indigenas-tembe-lutam-por-soberania-e- protecao-da-ti-alto-rio-guama/](https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pa-povos-indigenas-tembe-lutam-por-soberania-e-protecao-da-ti-alto-rio-guama/). Acessado em 07 dez. 2023.

Alenquer (PA). In: ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. v. 14. p. 264-268. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/ visualizacao/livros/liv27295\\_14.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_14.pdf). Acesso em: 20 nov. 2023.

DAMASCENO, Alberto. "Pombal, a modernidade e as origens da reforma de ensino na América Portuguesa e Portugal". Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 69, p. 16-32, set. 2016. ISSN: 1676-2584.

<https://curua.pa.gov.br/historia-do-municipio/>. Acesso em 05 dez. 2023.

[https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/ noticia/2022/11/04/raid-alenquer-curua-promete- aventura-e-muita-adrenalina-na-23a-edicao.ghtml](https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2022/11/04/raid-alenquer-curua-promete-aventura-e-muita-adrenalina-na-23a-edicao.ghtml). Acesso em 05 dez. 2023.

[https://www.uniamazonia.co/2019/03/11/cachoeira- porteira-resiste/](https://www.uniamazonia.co/2019/03/11/cachoeira-porteira-resiste/) . Acessado em 06 Dez. 2023.

[https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/brejo-grande-do- araguaia/historico](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/brejo-grande-do-araguaia/historico). Acessado em 06 Dez. 2023.

[https://bomjesusdotocantins.pa.gov.br/o-municipio/ historia/](https://bomjesusdotocantins.pa.gov.br/o-municipio/historia/) . Acessado em 07 Dez. 2023.

<https://camaranovaipixuna.pa.gov.br/o-municipio/>. Acesso em 07 Dez. 2023.

Barreira, Horleandro Souza, 2014. Migração, economia e sociedade na vila Cruzeiro do Sul de 1990 a 2013 no município de Itupiranga-PA. Disponível em: [https:// pt.slideshare.net/horleandrosouzabarreira/tcc-de- horleandro-souza-barreira](https://pt.slideshare.net/horleandrosouzabarreira/tcc-de-horleandro-souza-barreira). Acesso 10 dez. 2023.

<https://terraalta.pa.gov.br/o-municipio/historia/>. Acesso 10 dez. 2023.

[https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/cachoeira-do- piria/historico](https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/cachoeira-dopiria/historico). Acesso 12 dez. 2023.

[https://cachoeiradopiria.pa.gov.br/o-municipio/ historia/](https://cachoeiradopiria.pa.gov.br/o-municipio/historia/) . Acesso 10 dez. 2023.







